

# Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus

Orgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 17/18 Fevereiro de 1975 Preço 3\$00

## CONTRA AS ELEIÇÕES BURGUESAS - PODER POPULAR

### COMICIO

Pav. dos Desportos

4ª feira 21<sup>30</sup>  
19 Fevereiro



### As Eleições na crise actual

### Poder Popular e Socialismo

Finalmente as Forças reaccionárias e todos aqueles que servem a burguesia respiraram fundo. Vêm aí as eleições!!! isto é, o processo que esperam poder permitir-lhes enganar os trabalhadores e recuperar

as posições perdidas, prometer liberdades enquanto os trabalhadores vão sendo despedidos, prometer «justiça» na distribuição da riqueza, enquanto os preços vão subindo e a exploração aumentando, prometer mi-

cos desenvolvimentos enquanto as fábricas e as terras vão sendo sabotadas pelo patronato explorador. Numa altura em que a crise económica se agrava pela sabotagem deliberada dos capitalistas, que assim

pretendem apresentar os seus eleitoralistas como salvadores dum país em crise provocada pelos «extremismos».

Numa altura em que as tentativas de divisão e enfraquecimento dos trabalhadores, da sua organização e das suas lutas, se sucedem por parte daqueles que querem perpetuar o reinado da exploração e opressão capitalistas.

Numa altura destas, há que actuar com decisão e firmeza, há que confiar na capacidade revolucionária da classe operária, há que fortalecer o movimento das massas exploradas e oprimidas em luta contra o capitalismo, pois só as massas em luta e aliando a si o sector progressista do M.F.A. podem, no actual momento, impor o avanço do processo revolucionário.

Numa altura como a que vivemos há que saber aprofundar as vitórias do 28 de Setembro e da unidade sindical, levando o saneamento até às suas últimas consequências e lutando, no interior do movimento sindical, por um sindicalismo anticapitalista de classe, apartidário e controlado pelos trabalhadores.

Os trabalhadores ao ocuparem as fábricas e as terras que a burguesia abandona ou sabota, ao mani-

festarem-se na rua contra os despedimentos e o imperialismo, mostram que estão prontos para as duras batalhas que há de travar, mostram que estão prontos para lutarem desde já pelo socialismo.

Na fase actual a obrigação das Forças revolucionárias e de todos os exploradores e oprimidos, tem de ser, portanto, a de combater a burguesia e as suas manobras, aprofundando a crise com que se

debate, e combater o reformismo e o esquerdismo reforçando a iniciativa popular e a luta de massas.

É altura que se afirmar na prática que, numa fase decisiva, em que a burguesia se reorganiza e avança, não é desprezando a iniciativa e capacidade de luta dos trabalhadores ou canalizando-a para dentro das eleições burguesas que se avançará para o socialismo.

## EUROFIL

### Resposta operária

O Grupo Borges e Imão que aglomera cerca de quarenta sociedades em Portugal tem sido nos últimos meses palco de movimentações trabalhadoras e operárias importantes, o que justifica da Comissão Ad Hoc dos trabalhadores do Grupo o seguinte comunicado:

«A Comissão Ad Hoc dos Trabalhadores do Grupo Borges (Grupo Miguel Quina) traz ao conhecimento do público alguns factos que se vêm notando dentro deste grupo monopolista, com grave prejuizo da classe trabalhadora e da luta que a mesma vem travando para esmagar o fascismo e o capitalismo.

O Grupo Miguel Quina, que tem mais de 60 empresas e explora milhares de trabalhadores em todo o País, continua a manter nos seus quadros dezenas de licenciados e técnicos

com ordenados elevadíssimos muitos deles em mais de uma empresa, embora alguns nunca ponham os pés nos locais de trabalho.

Entretanto as lutas desenvolvidas por melhores condições de trabalho e de vida foram entravadas e reprimidas pelas administrações, orientadas pelo dr. Miguel Quina, chegando-se a situações bastante graves na Mabor e no Jornal do Comércio.

Na Eurofil, quando da tentativa de despedimento de 300 operários, os trabalhadores ocuparam as instalações, tendo intervido a Marinha por solicitação da administração. Porém os militares reconhecendo as razões dos trabalhadores confraternizaram com eles e os camaradas, unidos na sua luta, não permitiram os despedimentos.

Continua na pág. 5

# ELEIÇÕES

## —burguesia ao ataque

As eleições para a Constituinte são o momento privilegiado do grande capital industrial e financeiro português e o imperialismo internacional tentaram recuperar terreno perdido ao nível político e militar desde o 25 de Abril, e, fundamentalmente, desde o 28 de Setembro.

A burguesia joga nas eleições pois sabe que:

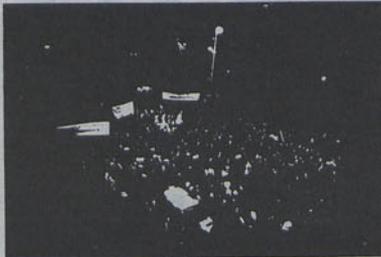
É impossível a vitória eleitoral da esquerda;

É o momento de impor a retirada do MFA do poder político e de neutralizar as forças progressistas do MFA;

Uma divisão do MFA no pós-eleições será mais favorável à reacção capitalista e imperialista

do que o seria se desse antes;

As eleições burguesas serão um primeiro passo para um retrocesso político para um avulmar da repressão sobre os trabalhadores, no caminho da tentativa de estabilização política e económica capitalista que culminaria num regime autoritário de fachada democrática.



tra poder das massas trabalhadoras que não será anesteziado pela legalidade burguesa.

Assim, a inserção do MES na campanha eleitoral deve ser coordenada em todas as regiões de forma a que:

Partindo da farsa de democracia que são as eleições burguesas, da denúncia das consequências que tais eleições poderão ter para o povo trabalhador e para o agravamento da sua situação.

**Se aponte a organização autónoma e apartidária de massas como a forma de PODER POPULAR capaz de contrapor à legalidade burguesa a legitimidade revolucionária dos trabalhadores e dos soldados.**

**Se incentive as massas e os revolucionários em todas as regiões a organizarem comissões de fábricas, de empresa, conselhos de soldados, conselhos de aldeia, comissões de moradores, etc., capazes de caminhar rapidamente para formas de coordenação.**

**Se mostre a real disposição do MES em colaborar com outras organizações de esquerda para a prossecução destes objectivos.**

### Atraso organizativo

Os trabalhadores não dispõem ainda de órgãos de massa capazes de em seu nome, poderem contestar politicamente as eleições burguesas e o seu significado, e de caminhar para a dualidade de poder; no entanto, formas de organização como as comissões de trabalhadores e comissões de moradores revestem desde já importância de exemplar e pela possibilidade de se alargarem em número e importância nos próximos tempos.

Nas zonas rurais não há ainda, nem sequer em fase embrionária, formas de organização de assalariados rurais de massas com real expressão política; no entanto; os processos de ocupação de terras que se irão desenvolver poderão fornecer a oportunidade de desenvolvimento desse trabalho de organização.

A actuação das organizações de esquerda muito mais interessadas no seu próprio crescimento que no desencadear, fortalecimento e organização do movimento de massas, não têm conseguido, excepto no que se refere às potencialidades que desde já assume a Interempresas, ultrapassar decisivamente as barreiras que se opõem à institucionalização de órgãos de massas com potencialidades revolucionárias.

Não existe também a organização autónoma de soldados, apartidária e de massas, capaz de os colocar, na prática, ao lado das lutas dos trabalhadores. As formas de organização existentes nalguns quartéis são estreitamente controladas e manobradas por oficiais não tendo por isso tal natureza.

### Assembleia popular

Face a esta situação de atraso da organização de massas em relação às potencialidades revolucionárias que, as contradições no interior do aparelho de estado assumem, seria incorrecto a elaboração de uma proposta de Assembleia Popular alternativa à Constituinte, que seria sempre idealista, esquemática e intelectualista.

Tal não quer dizer que não se apresente a Assembleia Popular como uma alternativa, mas al-

ternativa essa que se deve propagandar junto das massas; é no desenvolvimento ao nível de agitação, propaganda e organização da palavra de ordem «LUTAR CRIAR PODER POPULAR» que deve ser inserida a temática «ASSEMBLEIA POPULAR».

O facto de já estar eventualmente eleita a Constituinte não impede, antes pelo contrário, que se insista na Assembleia Popular pois tal é o corolário organizativo do con-

### Operários

### ocupam confecções

Perante o não pagamento dos salários por parte da entidade patronal, as operárias decidiram ocupar as instalações, facto que ocorreu desde o dia 5 do corrente mês.

A decisão legal de retirar a mercadoria da fábrica ocupada é mais uma confirmação de que as leis burguesas não podem defender os operários e a atitude das trabalhadoras foi a de se opor a tal ordem, continuando a ocupação.

Trabalhadores, simpáticos e militantes de várias organizações políticas e sindicais, apoiando a justa luta das operárias da Artedu, montam neste momento um dispositivo de segurança que pretende evitar a entrada das forças repressivas.

Lê-se num comunicado do Sindicato Nacional dos Profissionais de Alfaiataria e Costura dos distritos de

Braga e Viana do Castelo

Tudo quanto está dentro da fábrica pertence às confecções «Artedu» e, como esta firma é devedora de quantias avultadas aos seus trabalhadores, estes tomaram e tomam a posição de só entregarem a fábrica e o que nela existe, quando todas as quantias forem liquidadas, pois não têm outra pretensão que a de defender os seus, muito justos, direitos.

As operárias decidiram vender a mercadoria como meio de suprir as suas dificuldades e tarefa de todo o militante progressista auxiliar a campanha de venda dos artigos.

A luta das operárias da «Artedu» é a luta que todos os exploradores e oprímidos realizam contra o capital.

É uma luta justa que todos os trabalhadores devem apoiar.

CONTRA O CAPITAL!  
CONTRA O «LOCK-OUT» E OS DESPEDIAMENTOS!  
EM FRENTE PELO SOCIALISMO PARA CONSTRUIR O COMUNISMO!

Núcleo de Braga do Movimento de Esquerda Socialista

### ALPALHÃO

O Núcleo de ortalegre do M.E.S. realizou na casa do ovo de Alpalhão uma sessão de esclarecimento, no passado dia 8/2 75, encontrando-se a sala competentemente cheia por trabalhadores rurais e pequenos proprietários.

A mesa, constituída por elementos do Núcleo de Portalegre, do Secretariado de Organização Regional do Alto Alentejo e por um simpaticante local do Movimento de Esquerda Socialista, abordou vários temas, nomeadamente a linha política do M.E.S., problemas locais e formas de os combater, e exploração capitalista.

Alguns dos trabalhadores presentes formularam questões relativas à descolonização em curso, eleições e o verdadeiro significado da expressão Ditadura do Proletariado.

Após esta sessão começou-se a estruturar um núcleo do Movimento de Esquerda Socialista nesta localidade.

Alpalhão, terra de emigrantes, é uma pequena vila do Alto Alentejo, cuja população é fundamentalmente constituída por trabalhadores rurais, pequenos e médios proprietários e meia dúzia de intermediários parasitas e explorado-

res. As condições de vida da população de Alpalhão constituem só por si uma acusação contra a irracionalidade do sistema capitalista.

A título de exemplo basta apontar

O parasitismo dos referidos intermediários que mudam a olhos vistos por serem a única saída para a comercialização dos produtos agrícolas.

No campo da saúde há a referir a assistência médica deficiente, inexistência de farmácia, etc...

Também aqui, à semelhança do que acontece na maioria das zonas rurais, e não só, o analfabetismo está presente e o consequente marasmo cultural.

No que toca à habitação, é de referir, inexistência quase total de instalações sanitárias, esgotos, factores estes que impedem um mínimo de conforto.

Para finalizar basta referir que grande parte da sua população foi obrigada a procurar no estrangeiro os meios de subsistência que aqui lhes era e são negados.

Núcleos de Portalegre e de Alpalhão do M.E.S.

## Solidariedade com a América Latina

Com o objectivo de prestar solidariedade à luta dos povos latino-americanos foi formado o C. A. L. (Comité América-Latina). Desta iniciativa internacionalista fazem parte entre outros os camaradas Luiz Moita, Palma Inácio, Manuel Serra, José D. S., Nuno Teotónio Pereira, Fernando Marques, Manuel Sertório, Zeca Afonso, Francisco Fanhais e César Oliveira.

O C. A. L. encarregar-se-á de organizar o apoio militante à resistência destes povos contra o imperialismo e o fascismo e de transmitir aos trabalhadores e ao povo português as exigências de suas lutas. Para tal o C. A. L. conta com o apoio de diversas forças anti-imperialistas e antifascistas latino-americanas.

As primeiras actividades do C. A. L. a iniciar nos próximos dias incluirão um ciclo de debates públicos sobre a experiência de Poder Popular no Chile, no qual participaram camaradas da resistência chilena, e sem espectáculo de música revolucionária latino-americana.

Reproduzimos a seguir um documento distribuído pelo C. A. L. na sua conferência de imprensa do dia 14 de Fevereiro:

### INTRODUÇÃO

Após as mudanças ocorridas em Portugal com o 25 de Abril e com o aprofundamento da via democrática decorrente dos acontecimentos de 28 de Setembro, vivemos uma fase de liberdade política de organização e expressão não conhecida nos últimos 50 anos.

O exercício da liberdade que nos é aberto neste momento, se bem que coloque concretamente novas tarefas na luta pela verda-

deira emancipação dos trabalhadores portugueses, não nos pode fazer esquecer outros povos que ainda continuam a sofrer a pressão de regimes ditatoriais e fascistas.

Como sentimos durante tantos anos o fascismo em Portugal, hoje, temos que demonstrar solidariedade aos povos que passam pela situação por que passámos nós ontem.

A América Latina tem-se transformado num dos mais sólidos bastiões do imperialismo, que ligado às clas-

ses dominantes locais, tem estabelecido, principalmente através de ditaduras fascistas, as condições para o desenvolvimento de um capitalismo independente e integrado, no afã de impedir o avanço das lutas da classe trabalhadora pela sua emancipação total.

Esta situação tem posto aos trabalhadores as condições mais desumanas de existência e o exercício do poder do capital tem significado a repressão sistemática sobre todos os instrumentos de organização da classe trabalhadora (sindicatos fechados, dirigentes presos e assassinados, bem como todos aqueles sectores progressistas que tratam de denunciar esta exploração Igreja, etc.

Esta repressão, que se caracteriza pelo abandono dos princípios mais elementares dos direitos humanos, não tem conseguido aniquilar a luta dos povos latino-americanos por uma sociedade socialista.

Para concretizar a nossa solidariedade foi criado o C. A. L. - Comité América Latina, que dará cumprimento ao apoio dos portugueses à luta dos povos da América Latina.

### II OBJECTIVOS

1 - Solidariedade com os trabalhadores latino-americanos na sua justa luta contra a opressão a que estão submetidos.

2 - Prestar solidariedade aos presos políticos da América Latina e denunciar as torturas e arbitrariedades a que constantemente são submetidos.

3 - Denunciar as coerções ao exercício das liberdades fundamentais do homem: liberdade de expressão oral, escrita e cultural, liberdade de organização, etc.

4 - Denúncias e campanhas contra a exploração sistemática dos povos latino-americanos por parte dos monopólios nacionais e estrangeiros.

5 - Divulgação das experiências de luta dos povos da América Latina.

Apelamos para todos os camaradas e para todos os simpatizantes para a organização de colectas de fundos por todos os meios ao seu alcance.

Entretanto, o M. E. S. tomou conhecimento que a organização Socialista de Esquerda holandesa - S. P. desencadeou uma campanha de fundos a favor do nosso Movimento, como resposta às manobras social-democráticas de apoio financeiro ao Partido do ministro Mário Soares.



### SEDES

**Aveiro** Av. Araújo e Silva 22  
**Beja** Praça da República, 34  
**Braga** Av. da Liberdade, 354 2.º  
**Castro Verde** R. Nascimento Costa  
**Coimbra**  
**Faro** R. Castilho, 9  
**Guarda** R. Marquês de Pombal 1.º  
**Lisboa** Av. D. Carlos 1, 145, 1.º dt.º Tel. 607 127 e 607 128, R. Rodrigues Sampaio 79, r/c Tel. 535 438  
**Ovar** R. Marquês de Pombal 70  
**Portalegre** R. da Oliveira 61  
**Porto** R. 31 de Janeiro, 150 2.º Tel. 319 569  
**S. Pedro do Sul** L. de S. Sebastião  
**Seia** R. Capitão António Dias  
**Setúbal** R. José Adelino 13, ao L. da Fonte Nova.  
**Peniche** R. Salvador Francisco, 54  
**Ponta Delgada** R. Tavares Resende 100  
**Viana do Castelo** R. Altamira, 65/67

## PRÓXIMOS COMÍCIOS

### PRÓXIMAS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO E COMÍCIOS:

19/2 **Lisboa**, Pavilhão dos Desportos, 21.30  
 20/2 **Corroios**, Construtora Moderna, 18.30  
 22/2 **Viseu**, 21.30  
 1/3 **Porto**, Palácio de Cristal, 21.30

### HORA-HIO DA SEDE DO JORNAL

2.ª-3.ª-**feira** 17.00/20h  
 21.30/24h  
 4.ª-**feira** 11.00/13h  
 17.00/20h  
 21.30/24h  
 5.ª-6.ª-**feira** 17.00/20h  
 21.30/24h  
**Sábado** 18.00/20h  
**Domingo** 18.00/20h  
 21.30/24h

### O «E. S.» VENDE-SE

EM FRANÇA  
 Librairie Portugaíso,  
 33 Rue Gay Lussac  
 75005 Paris (Telf. 033.46.16)  
 NA BELGICA  
 Librairie L'Oeil Sauvage  
 221, Chaussée d'Ixelles,  
 1050 Bruxelles (Telf. 648.14.45)

Propriedade do  
 Movimento de Esquerda Socialista  
 Composto e impresso em  
 Rotacoma Grafica, SARL  
 Rua Luz Soriano 44, Lisboa  
 Jornal semanal / todas as 4.ª, .ª, .ª feiras

## Recolha de fundos de apoio

Decorre internamente ao M. E. S., a nível de militantes e aderentes, uma ampla campanha de recolha de fundos tendente a possibilitar o desenvolvimento e fortalecimento da acção do Movimento na luta pelo socialismo.

Porque, a situação financeira do M. E. S. é difícil e as tarefas que se deparam à organização assim o exigem, decidiu a Comissão Política Nacional que esta campanha seja alargada a todos os simpatizantes

e leitores do jornal que queiram contribuir para que o M. E. S. possa cumprir a sua linha política sem as enormes dificuldades decorrentes da falta de meios que neste momento se fazem sentir.

Assim, a partir deste número será inserida no «Esquerda Socialista» uma lista com as contribuições que vão sendo recolhidas ou que nos sejam enviadas para a sede da Organização Regional de Lisboa ou para a sede do jornal.



## Esquerda Socialista

Assinatura  
 6 meses 7500  12 meses 15000  apoio 30000   
 Estrangeiro (Europa) 27500   
 Nome \_\_\_\_\_  
 Morada \_\_\_\_\_  
 Profissão \_\_\_\_\_

Admim/redacção:  
 Rua Rodrigues Sampaio 79, r/c, Lisboa, telef. 535438

# COIMBRA: luta nos serviços municipalizados

A população de Coimbra tem vindo a ser alertada para a grave situação existente nos Serviços Municipalizados de Coimbra (S. M. C.). Alguns órgãos da imprensa local têm, até, referido a possibilidade de paralização dos transportes colectivos (T. C., caso não se encontre uma plataforma de entendimento entre o conselho administrativo (C. A.) e os trabalhadores dos S. M. C. cujas reivindicações já vem de há muitos meses.

A justiça das reivindicações dos trabalhadores dos T. C. não pode ser negada por ninguém. As condições de trabalho a que estão sujeitos e a organização deficiente dos serviços contribuem para que seja este o sector em que se sente de forma mais aguda o estado caótico em que se encontram os S. M. C.

Efectivamente, foram e são os trabalhadores dos T. C. os que têm demonstrado uma maior capacidade de luta e organização, no sentido da conquista de melhores condições salariais e de trabalho. Mas, se os trabalhadores dos T. C., neste momento os mais decididos, o certo é que as suas reivindicações são comuns a todos os trabalhadores.

salários mais justos e melhores condições de trabalho

Todos sabemos que os trabalhadores dos S. M. C. têm sido, sempre dos sectores mais desprotegidos e mais explorados. Sabemos, também, que são os trabalhadores, que têm suportado os efeitos das adminis-

trações corruptas a que os Serviços foram sujeitos. Se, hoje, são os T. C. que avançam, decididos e organizados, na luta pelos seus interesses, há que ter a consciência de que esses interesses são comuns a todos os trabalhadores, pelo que o processo de divisão que se procura criar nos S. M. C., tentando colocar os trabalhadores dos T. C. contra os restantes trabalhadores, só favorece a permanência e o agravamento da exploração e opressão a que todos estão sujeitos.

Se, agora, o C. A. afirma que não há possibilidades económicas de satisfazer os aumentos salariais; que existe uma dívida de milhares de contos, herdada da

administração anterior; que só com a reestruturação dos serviços será possível aumentar os salários, pergunta-se

São os trabalhadores os responsáveis pelas dívidas contraídas pelas administrações anteriores

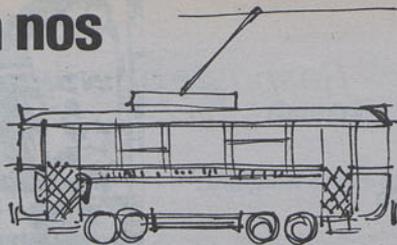
ara quando o julgamento dos responsáveis pelos crimes económicos praticados nos S. M. C.

ara quando o saneamento de todos os que estiveram activamente comprometidos com o regime fascista

Se até hoje não foi feita a reestruturação dos S. M. C. (e já lá vão oito meses!), será possível fazer em dois ou três meses, sem que sejam todos os trabalhadores a sofrer, uma vez mais, a reconversão capitalista? E como vai ser feita? Nas costas dos trabalhadores?

Não será que o C. A., ao pedir o aval dos trabalhadores para construir um empréstimo, procura responsabilizá-los pelas consequências futuras e, ao mesmo tempo, limitá-las nas suas reivindicações?

Os S. M. C. deveriam ser uma estrutura de apoio e de prestação de serviços à



população, procurando tornar menos penosa e difícil a vida dos trabalhadores que são, afinal, a maioria da população. Os municípios deveriam, portanto, ter uma palavra a dizer sobre a organização e funcionamento dos S. M. C. E, pois, aos trabalhadores que compete a gestão e administração dos S. M. C., em colaboração com os municípios, a quem deve caber uma actividade fiscalizadora por meio de um Conselho de U. entes.

Importa, neste momento, que todos os trabalhadores

ontra a divisão, pela unidade de todos os trabalhadores na conquista de melhores condições salariais e de trabalho

elo julgamento dos responsáveis pela actual situação económica e financeira dos S. M. C.

Pelo saneamento de todos os que estiveram comprometidos com o regime fascista

ela gestão e administração conjunta dos S. M. C. pelos trabalhadores e população

ela criação do conselho de utentes

Secretariado da Organização Regional do Centro do Movimento de Esquerda Socialista

dos S. M. C. tenham a consciência de que as suas reivindicações e as irações são comuns. Todos pretendem uma maior dignificação do seu trabalho e melhores condições salariais.

A reestruturação e o funcionamento dos S. M. C. são problemas de toda a população. Mas, terão que ser os trabalhadores dos S. M. C. conjuntamente com os utentes, aqueles a quem os Serviços se destinam, a apreciar e decidir dessa reestruturação e modo de funcionamento.

usar à vontade obrigando assim os trabalhadores à miséria e ao desemprego?

Porque é que o dinheiro do Estado em vez de vir dos bilhetes e de impostos sobre o consumo, ou seja, dos bolsos de quem utiliza os transportes (os ricos não andam de eléctrico, não vem antes de quem ganha milhões com a exploração que faz?)

O problema é pois de fundo ou se continua a recomendar a crise económica com balões de oxigénio que são pagos pelo Povo, ou definitivamente se põe a mão no capitalismo sem contemplações. Por outras palavras ou continuamos sob dominação burguesa, seja ela fascismo ou social-democracia, mas sendo sempre uma dívida económica sobre os trabalhadores, ou avançaremos decididamente para o Socialismo, que é o domínio dos trabalhadores organizados sobre os capitalistas.

## Greve

No dia seguinte o S.O.R.C. emitiu um novo comunicado onde, face à evolução dos acontecimentos, se afirma:

Na sequência do processo reivindicativo que vem desenvolvendo de há longos meses, o sector de Transportes Colectivos (T.C.), face à impotência do Conselho de Administração (C.A.) em solucionar os seus problemas, avançaram na sua luta, recusando-se a cobrar bilhetes.

Ao fazê-lo, os trabalhadores tiveram a consciência precisa de que a população não podia ser prejudicada caso fosse paralizado um sector de tão vital importância como são os transportes colectivos.

A unidade e solidariedade da população com a luta dos T.C. é um facto. Utilizando de forma massiva os transportes, a população sente que estes são essenciais no seu dia-a-dia. Há que reestruturá-los e torná-los mais aptos a cumprir a sua função: servir de modo cada vez mais eficiente aqueles que os utilizam as classes trabalhadoras.

O fundamental será, que todos os trabalhadores dos S.M. se consciencializem e avancem organizada e autonomamente de forma a controlar o funcionamento dos S.M., procurando torná-los mais eficientes ao serviço das camadas mais pobres da população que

deverão participar neste processo, cabendo-lhes avaliar a sua eficácia através de um Conselho de U. entes.

Os trabalhadores dos T.C. estão decididos nesta luta. Vencerá eles? E de quem será essa vitória?

A Administração recusa-lhes o aumento (que já foi concedido em Lisboa e no Porto, afirmando que não existem dinheiros públicos. Temos que admitir que isso é verdade. Não existe dinheiro para os Serviços Municipalizados, não existe dinheiro para as escolas, qualquer dia veremos que não haverá dinheiro para os hospitais, etc.

Mas porque é que não há verbas para as despesas públicas obrigando os respectivos funcionários a ganhar muito menos do que os trabalhadores dos sectores privados?

A razão é simples: como os capitalistas agora não investem dinheiro por terem medo de o perder com a luta dos trabalhadores, preferindo antes colocá-lo no estrangeiro obrigando assim ao desemprego, é o dinheiro público que é desviado para substituir aquele que os capitalistas roubaram.

Será isto razoável? Porque é que não se controla antes o dinheiro dos capitalistas, nacionalizando as bancas e companhias de seguros em vez de se permitir que eles o possam

E, sendo assim, a luta é de todos os explorados contra o capital e não só dos trabalhadores dos T. C. contra o C.A. A vitória dos trabalhadores dos T. C. nesta luta, será uma vitória de todas as forças que se empenham na construção do Socialismo.

## Uma primeira vitória

A firme determinação dos trabalhadores já lhes garantiu uma primeira vitória foram satisfeitas as reivindicações salariais que consistiam na correcção das assimetrias existentes entre Coimbra e Lisboa e Porto.

Entretanto o problema mais complexo, e de mais vastas implicações, relacionado com a reestruturação dos serviços continua por resolver. Efectivamente foi, por ordem do Ministério da Administração Interna, interrompida uma reunião de trabalhadores onde se discutiam duas mocções sobre este tema (aliás nenhuma delas resolvia o assunto).

Um próximo Plenário esclarecerá a situação.

Há que avançar e exigir que a reestruturação dos serviços camarários se faça em benefício e sob controlo dos trabalhadores e utentes.

Avante pelo poder operário e popular!

Avante pelo Socialismo!

## NÃO AOS AUMENTOS DE HORÁRIO

Formou-se em Janeiro uma equipa interministerial encarregada de propor ao Governo um horário de trabalho nacional unificado para todos os trabalhadores. Os problemas de horário de trabalho dizem fundamentalmente respeito aos trabalhadores que sabem que qualquer agravamento de horário de trabalho será inevitavelmente também uma sobrecarga da exploração a que está sujeito pelo patronato. Assim, e provando que não é nos gabinetes do Governo que se encontrarão as soluções para os problemas, mas sim entre os próprios trabalhadores verdadeiros interessados na sua emancipação e libertação os trabalhadores da Companhia de Seguros Ouirique, discutiram colectivamente esta questão. Eis a conclusão, expressa na seguinte mocção

«1. Considerando que a situação de crise, à qual são alheios os trabalhadores, em que se encontra a economia portuguesa, reflecte as próprias contradições do sistema capitalista, pretendendo o patronato fazer recair sobre as classes trabalhadoras o custo dessa crise;

«2. Considerando que existem em consequência dessa crise cerca de 200 000 trabalhadores em situação de desemprego, número que se prevê vir ainda a aumentar;

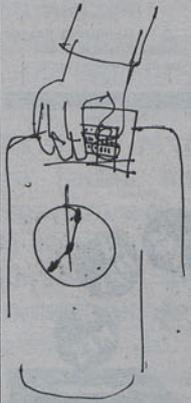
«3. Considerando que aumentos de horário de trabalho ou de produtividade, ainda que acompanhados de um correspondente acréscimo dos salários, significam dentro do sistema capitalista, um agravamento da exploração das classes trabalhadoras pelo patronato;

«4. Considerando que neste contexto, a luta dos trabalhadores deve ser exactamente pela conquista de objectivos opostos correspondentes a interesses de classe antagónicos;

«5. Considerando que a chamada Reconstrução Nacional na qual se insere o «slogan «vamos todos trabalhar mais e melhor» não passa de uma tentativa demagógica da reconstrução do capitalismo.

RESOLVERAM OS TRABALHADORES DA OUIRIQUE REUNIDOS EM PLENÁRIO:

«1. Repudiar e lutar contra qualquer aumento do horário de trabalho seja em que sector for e considerar criminosa e reaccionária



qualquer acção que vise este aumento.

«2. Apoiar incondicional e activamente todas as lutas que tenham como objectivo a redução do horário máximo de trabalho numa perspectiva de solidariedade entre todos os trabalhadores.

«3. Exigir da Direcção Sindical uma actuação consequente com estes objectivos na luta anticapitalista.

Os trabalhadores da Companhia de Seguros Ouirique

# Resposta operária à sabotagem capitalista



## EUROFIL

Continuação da p. 1

**Na Mabor,** uma greve começou em princípios de Maio, veio a terminar só em fins de Julho. A maior parte das reivindicações apresentadas não foram atendidas.

**No Jornal do Comércio,** após a greve, houve tentativa de despedimentos, ao que os trabalhadores disseram não.

**Na Star** a administração anunciou despedir mais de 20 trabalhadores e acabou por despedir 4 sem justa causa, os quais foram reintegrados por imposição dos camaradas de trabalho.

**Na Icesa,** estaleiro de Algés, também houve tentativa de despedimento dum operário que só não se concretizou de-

vido à atitude firme e imediata dos trabalhadores. Em consequência da luta desenvolvida veio a ser despedido o eng.º Mariz, pessoa que tinha tentado fazer o despedimento daquele operário.

**Ainda na Icesa, nos estaleiros de Agualva — Cacém,** foram despedidos 36 trabalhadores em Setembro de 1974, invocando a administração as leis fascistas anteriores à 25 de Abril e aproveitando a ignorância dos trabalhadores em relação aos seus direitos. Posteriormente houve tentativa de despedimento de mais de 90 trabalhadores, que não se concretizou devido à união e à consciência de classe demonstrada nessa altura pelos camaradas.

### Conhecidos fascistas

Faz-se notar que este grupo económico sempre teve grandes ligações com o Governo fascista e continua a manter na organização elementos altamente comprometidos.

São do conhecimento público os nomes e actividades de uma parte desses «senhores»: **Gonçalves R-pazote,** ex-ministro do Interior elemento activo da repressão, presidente do conselho fiscal do Banco do Alentejo.

**Guilherme Braz Medeiros,** do «Diário Popular».

**António Costa Felix,** do Banco Borges e Irmão, assinou o requerimento para a manifestação da «maioria silenciosa», fugiu para Espanha.

**Julio da Costa Morais,** do Banco Borges e Irmão, cunhado do anterior, fugiu para o Brasil.

**José Miguel Maia Pereira,** do Banco Borges e Irmão, elemento da Legião Portuguesa e da F.A.C.

**António Ayala Boaventura,** da Data, elemento da Legião Portuguesa com o n.º 117 119 e da F.A.C.

**José Costa Deitado,** da Data, director do jornal do «Partido

do Progresso» e elemento activo deste partido neo-nazi.

**Quinho dos Santos Mealha,** presidente do conselho de administração do Banco do Alentejo, administrador da Icesa, sócio n.º 17 305 da A.N.P. desde 21-11-34.

**Rui Marchante,** da Icesa, da Legião Portuguesa.

**Fernando Pina e Almeida,** do Banco Borges e Irmão, preso em Caxias, fazia a ligação da Pide com empresas do Grupo Quina.

Foi no seguimento da prisão de Pina e Almeida que Miguel Quina foi já sujeito a interrogatório.

Mas além destes elementos fascistas outros existem no grupo Quina. Lembra-se que estão ligados a este grupo os ex-professores da Faculdade de Direito Adelino da Palma Carlos, Pedro Soares Martinez, Paulo Cunha, Cavaleiro Ferreira e Rui de Albuquerque, que logo após o 25 de Abril expressaram ao Marcelo Caetano os votos de breve regresso ao exercício das suas funções universitárias invocando os altos serviços prestados à universidade portuguesa.

Para se fazer uma melhor ideia dessa «exploração» pode-se dizer que se pagavam salários antes do 25 de Abril de 37\$50. A administração (laços de Miguel Quina) com a política de baixos salários, obtinha uma mais-valia de mão-de-obra sobre-explorada que lhe permitiu, durante anos, que fossem os trabalhadores a pagar os seus gastos sumptuários como por exemplo as

viagens de férias, as vivendas de luxo, os automóveis, etc. Para se pagar estes baixos salários era preciso recrutar uma mão-de-obra dócil e assim aproveitava-se (a administração dos trabalhadores que pela condição social em que foram colocados pela exploração capitalista têm dificuldades em conseguir emprego, como por exemplo os analfabetos e os reformados.

b) — Seja imediatamente aberto um processo e inquérito judicial público, contra o capitalista ultra-reaccionário Miguel Quina.

No dia 12 de Abril vão-se realizar as eleições para a Assembleia Constituinte e os capitalistas desde há meses que já estão fazendo a sua «campanha eleitoral» colocando no desemprego 300 000 trabalhadores e fazendo sabotagem económica. Em suma, o grande capital que ainda há meses atrás jogava na bola, passou agora a jogar nas eleições, porque:

— Ao provocar o desemprego maciço, o grande capital tenta que os trabalhadores ao verem-se na situação de desempregados, lancem as culpas sobre o M.F.A., conseguindo ao mesmo tempo desfazer a aliança trabalhadores / M.F.A., garantia de levar até às últimas consequências (exter-

### As manobras do Quina

Após o 25 de Abril esta manobra tende a acabar-se para o capitalista Miguel Quina. Os trabalhadores organizando-se e lutando conseguem subir os seus magros salários para 6000\$00 e 4000\$00, mais tarde aproximadamente em Julho conseguem travar 300 despedimentos que o capitalista Miguel Quina pretendia efectuar numa tentativa desesperada de manter os lucros que tinha antes.

Vendo acabar-se o filão que tinham na sobre-exploração de uma mão-de-obra barata e facilmente manobrável, vendo ainda que os trabalhadores de dia para dia se organizam cada

mente nas indústrias que consomem os produtos da Eurofil (construção civil). No entanto os produtos eram colocados nesses mercados por preços francamente superiores ao de custo, ainda acrescidos de mais, que se destinavam a amortizar as elevadas dívidas da empresa, contraídas nos bancos.

Mas o que é mais grave ainda é que a administração procurava vender os processos de fabrico (know-how) no estrangeiro e a colaboração do Fundo de Fomento de Exportação, (a Inglaterra era um dos países visados).

### Comunicado à população

«A Eurofil — Indústria de petrolores, plásticos e filamentos, dedica-se à transformação de matérias plásticas. Fabrica sacos, multifilamentos, plásticos reforçados, cordoaria, portas, janelas e estores, etc.

A empresa é uma das maiores da Europa, com cerca de 1600 trabalhadores e faz parte do grupo monopolista Borges e Irmão (Miguel Quina). É um caso típico de formação de capital à custa da exploração dos trabalhadores, dependendo do estrangeiros não só em matéria-prima (na quase totalidade importada) mas também na própria venda de produção (85 por cento para exportação). Funcionava à base de mão-de-obra sobre-explorada, admitindo constantemente trabalhadores que, passado pouco tempo, eram substituídos por outros. Esta rotação atingiu os 40 por cento. Assim mais facilmente pagava salários de miséria (desde esc. 37\$50 diários).

«A luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista»

Com o 25 de Abril os trabalhadores organizaram-se na defesa dos seus interesses.

Nos primeiros dias de Maio apresentámos um caderno reivindicativo que não foi totalmente satisfeito. A administração pondo à nu a incompetência e reaccionarice, pretendia despedir 300 trabalhadores, argumentando não só a incapacidade da empresa como também uma reestruturação de serviços. Com a união, todos os trabalhadores soberaram impondo essa arbitrariedade.

«A sabotagem económica»

Vendo acabar-se o filão baseado na exploração de uma mão-de-obra barata e facilmente manobrável, vendo ainda a união dos trabalhadores na defesa do seu direito ao trabalho, que fez a administração?

Procurou lançar a empresa no caos económico. A matéria-prima passou a ser facturada muito acima

minação do capitalismo) o processo revolucionário iniciado no 25 de Abril.

Assim os trabalhadores da Eurofil estão atentos às manobras da reacção e como tal denunciaram publicamente, todas as atitudes reaccionárias do grande capital e seus aliados alertando desde já o M.F.A. para todas estas manobras.

Conscientes, também os trabalhadores da Eurofil, de que a sua luta não se confina aos muros da empresa, mas que pelo contrário, diz respeito a todos os que de uma maneira ou de outra se encontram envolvidos na luta contra a exploração capitalista ou que dela são vítimas, resolveu o conselho de delegados emitir um comunicado à população que revela o grau de consciência política desta luta e o qual passámos a transcrever na íntegra:

des preços praticados na Europa (na administração ou fuga de capitais?)

— Desleixar-se o escoamento do produto acabado, que se ia acumulando indefinidamente nos armazéns e arruamentos.

— No aspecto financeiro, aumentaram desmesuradamente os débitos aos bancos nacionais e até estrangeiros.

«Os trabalhadores organizam-se»

A finalidade destas manobras estão à vista. Pretende-se sabotar a economia do País e simultaneamente lançar no desemprego a curto prazo 1600 trabalhadores, pondo em causa a subsistência de mais de 5000 pessoas.

Mas, os trabalhadores decidem assumir o seu destino nas próprias mãos, impondo a sua disciplina de classe, ocupam a fábrica mantendo esta em laboração e impedem definitivamente o regresso da administração.

Pretendemos: Que as dívidas contraídas pela administração sejam liquidadas por esta;

— A intervenção do Governo;

A nacionalização da empresa sob o controlo dos trabalhadores no sentido de garantir o funcionamento da mesma e evitar assim a miséria de milhares de trabalhadores.

Pelo direito ao trabalho! Abaixo a exploração capitalista!

Unidos venceremos!

Póvoa de Santa Iria, 14 de Fevereiro de 1975

O Conselho de Delegados dos Trabalhadores»

O M.E.S. apoia esta luta que considera exemplar sobre muitos aspectos, como sejam o papel do sector operário na sua condução e a consequente linha não reformista, anticapitalista e revolucionária, impressa à movimentação dos trabalhadores da Eurofil.

### Uma forma especial de administrar ...

A juntar a estes factos existe mais o seguinte: na Icesa havia um piquete permanente da Pide composto por 5 elementos

Vitorino Dias Gonçalves, Orlando Gomes Martins, Abílio Francisco Esteves e António Manuel da Silva.

Porém o dr. Miguel Quina continua as suas desmabilhações pelos meios financeiros e diplomáticos, tentando arranjar um clima que favoreça a sua estabilidade dentro e fora do País.

Uma das suas últimas jogadas foi um jantar que deu em honra do embaixador do Senegal. Nesse jantar conseguiu reunir à sua volta algumas figuras de relevo da vida política (incluindo um ministro do Governo Provisório).

Pergunta-se: com tantos problemas criados aos trabalhadores pelas administrações e seus «lacaio», face à permanência ainda de criminosos o

fascistas nas empresas do grupo Quina, poderão os trabalhadores ficar indiferentes à toda esta situação? Poderão os trabalhadores deixar passar em claro as jogadas oportunistas de Miguel Quina e seus serviços. Comissão Ad Hoc

De todas as lutas referidas a que mais se tem afirmado em capacidade organizativa é conteúdo político é e decorrente na actual ocupação da Eurofil pelos seus operários e outros trabalhadores.

A Eurofil produz fundamentalmente sacarias, estores, cordoaria, plásticos reforçados e multifilamentos, obtive durante o ano de 1973 um lucro de 15 000 contos, tendo sido incluída nas dez empresas portuguesas que mais exportaram nesse ano.

A empresa emprega 1600 trabalhadores, sobre-explorados duramente durante anos,

vez melhor e se mantêm coesos na defesa dos seus interesses, que fez a administração?

1 — Procura lançar a empresa no caos económico.

2 — Aumentou os débitos aos bancos nacionais e estrangeiros.

1 — Procura lançar a empresa no caos económico

Logo a seguir ao 25 de Abril, as vendas da empresa baixaram vertiginosamente. A administração atribuía este queda à retração dos mercados consumidores (inglês e italiano), devido à crise do capitalismo na Europa (reconhecem a sua crise, mas não serão os trabalhadores a pagá-la!), principal-

2 — Aumentaram os débitos aos bancos nacionais e estrangeiros

A Eurofil deve aos bancos, valores na ordem dos 425 mil contos, dívidas essas contraídas em empréstimos e financiamentos de 15 bancos nacionais e estrangeiros, entre os quais bancos americanos. Dinheiro esse esbanjado pelos «Quinas e seus lacaios nas suas loucuras.

Os trabalhadores da Eurofil conscientes de tudo isto exigem:

a) Que as dívidas feitas pelos «Quinas» e seus lacaios sejam pagas, por eles próprios, mesmo que o Governo nacionalize a empresa.



# INTERCOMISSÕES DE MORADORES

## HABITAÇÃO DO OPE- RÁRIO, HABITAÇÃO DO PATRÃO

Numa sociedade verdadeiramente voltada para a defesa dos interesses dos trabalhadores, não haveria lugar para as centenas de milhares de trabalhadores a viver em barracas, pré-fabricados, partes de casa, sem condições higiénicas e sanitárias. Em Portugal, antes e depois do 25 de Abril, vive-se nos arredores e no interior das regiões urbanas, em miseráveis e difíceis condições. E são precisamente os trabalhadores, os únicos que produzem toda a riqueza, quem vive em más e deficientes habitações, em zonas afastadíssimas dos locais de trabalho, mal assistidas em infra-estruturas sociais (estradas, transportes públicos, electrificação, esgotos, etc.).

A burguesia, como classe dominante e exploradora, organiza toda a produção e assistência social em função dos seus interesses parasitários e dos elevados lucros. E é assim que a construção de habitações se faz, não em função das gritantes necessidades das massas trabalhadoras, mas em função dos lucros das respectivas empresas, construindo habitações de luxo ou de rendas elevadas, preferencialmente em zonas bem cobertas pelos equipamentos sociais, lançando os trabalhadores para as cidades-dormitório e para as barracas.

Se o 25 de Abril criou melhores condições de luta para os trabalhadores, ele não veio resolver de facto os problemas decisivos e fundamentais dos trabalhadores a exploração de que são alvo nas fábricas e a opressão que a desorganização capitalista lhes impõe no dia-a-dia. E não veio resolver porque as questões que se colocam são questões de poder e este não foi atacado decisivamente.

**É pois nas mãos dos trabalhadores que se procurará as verdadeiras soluções.**

E assim, no campo da habitação, os trabalhadores têm tomado em muitos aspectos a iniciativa e assiste-se já neste momento a um avanço claro das posições daqueles que sentem na pele a dureza das condições de vida e se propõem modificá-las.

**A reunião Inter-Comissões de Moradores é um importante passo em frente na coordenação**

dos processos de luta dos bairros de lata e pobres de Lisboa e vai permitir tornar coesos e vigorosos os processos que surgirão. Deste modo, em Lisboa, os moradores dos bairros de lata e pobres, organizados em comissões locais e unificados pela reunião Inter-Comissões, têm avançado. Actualmente a R. I. C., que tem como objectivos apoiar e dinamizar a organização autónoma dos moradores, perspectivar os objectivos concretos de luta e coordenar os processos, abrange cerca de vinte bairros de lata e degradados, Quinta das Fonseca, Quinta da Calçada, Alto dos Moinhos, Vale Escuro, Alto da Eira, Quinta do Bacalhau, Casal dos Machados, Bairro da Liberdade, Casal Ventoso, entre outros.

Esquerda Socialista esteve presente na última reunião Inter-Comissões realizada no sábado passado no Casal Ventoso, tendo-se ali avançado um **caderno reivindicativo** que unifica os interesses e as aspirações de dezenas de milhares de trabalhadores, no capítulo das medidas concretas da habitação e realojamento. Nessa reunião, fez-se a análise da actual situação política e da fase de luta que se atravessa nos diversos bairros, salientando-se como tom geral a morosidade e incapacidade das entidades oficiais em resolver em termos práticos e concretos, o problema do realojamento das populações. Neste campo, frisou-se sempre a necessidade de fazer um **efectivo saneamento** principalmente na C. M. L. e E. P. U. L., tendo mesmo sido aprovada uma moção nesse sentido. Foi dedicada uma parte importante da reunião à comissão de ocupantes do Bairro da Cruz Vermelha (Lumiar), com a aprovação de um telegrama ao Governo de apoio à ocupação e estiveram presentes como observadores representantes «ad hoc» do Bairro 2 de Maio e Rua do Cruzeiro à Ajuda, que fizeram ocupações de casas nos últimos dias. Durante a discussão dos diversos assuntos, ressalta sempre uma grande convergência de opiniões, sendo tomadas sempre por **unanimidade** as diversas resoluções. **Dessas resoluções tem especial relevo o caderno reivindicativo que é uma síntese de toda a luta desenvolvida pelos moradores dos bairros em questão e que constitui efectivamente um programa de acção concreto**



## CADERNO REIVINDICATIVO

Os moradores dos vários bairros de lata e pobres de Lisboa («degradados») feitos das muitas promessas de resolução do problema habitacional das barracas vem desta forma denunciar e recusar todas as medidas e propostas antipopulares, que iludem os moradores e que só tem adiado a solução dos seus problemas.

Exigimos que se tomem medidas concretas e imediatas para a resolução efectiva do problema das péssimas condições de alojamento, salubridade e segurança em que vive a maioria dos trabalhadores da zona de Lisboa.

Assim, a intercomissões dos moradores, dos bairros de lata e bairro pobres, movimento que agrupa e reúne as várias comissões e cooperativas, legítimas representantes dos moradores desses bairros de Lisboa, tomou posição sobre a situação actual do problema e exige uma resposta às reivindicações seguintes:

- 1 Exigimos que os novos bairros sejam construídos nas mesmas zonas onde actualmente vivemos.
- 2 Exigimos a **expropriação dos terrenos livres** e ocupados nas zonas dos actuais bairros, de forma a realojar os moradores e uma resposta de quais os terrenos a expropriar e do prazo em que serão expro-

- 3 Exigimos uma resposta sobre a **data** de início de construção dos novos bairros bem como do processo em que se fará os novos bairros.
- 4 Na construção dos novos bairros exigimos que os moradores possam decidir sobre o tipo de casa a construir
- 5 Exigimos que aos moradores, ou bairros que se organizam em cooperativas, o seu financiamento seja um empréstimo sem juro ou com um juro máximo de 2 por cento, durante 25 anos no mínimo, além do subsídio a atribuir.

- 6 No caso de bairros que optarem pela construção tipo habitação social exigimos que a **renda a atribuir não exceda 10 por cento do rendimento do chefe de família** e sem prejuízo de casos de famílias que devido às suas condições não deverão pagar nada.
- 7 Exigimos a informação de quais as verbas atribuídas ou a atribuir aos bairros de lata pela Câmara e outras entidades e em que é que serão gastas, de forma a que os moradores possam controlar essas verbas.
- 8 Exigimos que os problemas de **saneamento** e todos os casos urgentes apresentados pelas várias comissões (nomeadamente

- 9 Exigimos que se dê **uma resposta e o devido andamento aos cadernos reivindicativos e propostas apresentadas já por alguns bairros os quais estão solidários.**
- 10 Exigimos que enquanto não se construírem os novos bairros o **Estado garanta através de legislação apropriada a ocupação das casas que se encontram vagas, por parte de famílias desalojadas ou em péssimas condições de alojamento.**
- 11 Exigimos que nas várias reuniões da C.M.L. com a E.P.U.L. ou outras entidades, onde se tratem problemas destes bairros, seja permitida a presença de representantes das Comissões de bairros.

- 12 Exige-se que o **controlo da distribuição dos fogos** construídos pelo F.F.H. e G.T.H. e E.P.U.L., fundações ou outras entidades seja feito **pelos representantes dos moradores**
- 13 Eliminação dos **moradores que ocupem casas de renda económica de tut e meia (700 escudos** desde que tenham casas alugadas a outrem.

- 14 Recusamos a auto-construção.

às B.A.L. da E. P. U. L. sejam resolvidos imediatamente.

- 9 Exigimos que se dê **uma resposta e o devido andamento aos cadernos reivindicativos e propostas apresentadas já por alguns bairros os quais estão solidários.**
- 10 Exigimos que enquanto não se construírem os novos bairros o **Estado garanta através de legislação apropriada a ocupação das casas que se encontram vagas, por parte de famílias desalojadas ou em péssimas condições de alojamento.**

- 11 Exigimos que nas várias reuniões da C.M.L. com a E.P.U.L. ou outras entidades, onde se tratem problemas destes bairros, seja permitida a presença de representantes das Comissões de bairros.

- 12 Exige-se que o **controlo da distribuição dos fogos** construídos pelo F.F.H. e G.T.H. e E.P.U.L., fundações ou outras entidades seja feito **pelos representantes dos moradores**
- 13 Eliminação dos **moradores que ocupem casas de renda económica de tut e meia (700 escudos** desde que tenham casas alugadas a outrem.

- 14 Recusamos a auto-construção.

- 2 Recusamos a **renovação ou recuperação dos bairros actuais**, bem como a habitação tipo pré-fabricada.
- 3 Recusamos a **legislação sobre cooperativas** nos aspectos que têm como objectivo iludir os moradores e atrasar as soluções. (Por ex. a necessidade de 200 sócios para a sua formação, quando na lei geral das cooperativas basta 50 e a necessidade de sua presença no acto da escritura.

Se efectivamente o Governo e as entidades oficiais pretendem resolver o problema e pôr-se ao lado dos moradores que são trabalhadores dos mais explorados, ele saberá melhor do que ninguém como construir os novos bairros.

Assim poderiam ser tomadas algumas medidas como por exemplo mobilização das grandes empresas de construção civil

- criação de brigadas de trabalho com moradores muitas vezes desempregados (grande parte da construção civil;
- construção a cargo da C.M.L. ou organismos públicos;
- expropriação sem indemnização** dos terrenos necessários à construção dos novos bairros;
- obtenção de fundos e verbas, por uma **actuação consequentemente anticapitalista.**

Em face do projecto do Governo para a solução do problema os moradores têm a rejeitar o seguinte:

### FUNDAMENTO DO CADERNO

A fundamentação e perspectiva desta luta foi concretizada num documento, do qual a seguir, transcrevemos as passagens mais importantes.

### DENÚNCIA DOS PROJECTOS DO GOVERNO E C.M.L.

Vivem actualmente em Lisboa e arredores centenas de milhares de trabalhadores em barracas ou casas abarracadas, em péssimas condições de habitação.

...No nosso País em que se verifica que uma **minoria de grandes capitalistas e latifundiários** continuam a viver nas suas grandes vivendas e casas de luxo, e a dispor de palácios, casas de praia e de campos desabitadas, enquanto que nós a **maioria do povo** que labutamos nas fábricas, nas oficinas, nas obras e nos campos, produzimos toda a riqueza nos vemos condenados a viver em péssimas casas ou bairros de lata, sem condições de salubridade, segurança e higiene.

### APOIO DA CÂMARA E GOVERNO

Após o 25 de Abril, o Governo anunciou um programa, onde se propunha acabar com os bairros de lata em pouco tempo, criando junto do **Fundo de Fomento da Habitação** o **Serviço de Apoio Ambulatório Local (S.A.A.L.)** para apoiar através das Câmaras Municipais as iniciativas das populações mal alojadas. No caso de Lisboa a Câmara Municipal de Lisboa entregou essa função ao **Gabinete Técnico da Habitação (G.T.H.)** na área da sua intervenção (por ex. Chelas, e à **Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (E. P. U. L.)** que criou as **Brigadas de Actuação Local (B.A.L.)**

As Comissões de Moradores nas reuniões com as B.A.L. foram verificando que estas não resolviam nem os mais simples e urgentes problemas (por ex. esgotos, água, lixo, etc. quanto mais os mais importantes.

A própria Câmara especulou com os terrenos; vende por bom dinheiro os terrenos que deviam ser para a construção de bairros sociais.

### 60 CONTOS EMPRÉSTIMO OU LUCRO?

Como financiamento da construção, na hipótese do projecto do Governo (as suas cooperativas são-nos

«oferecidas 60 contos de subsídio por fogo, sendo necessário fazer um empréstimo para o restante custo de habitação, com um juro segundo consta não inferior a 7,5 por cento. Ora 60 contos não chegam para nada, além de que só o juro do empréstimo, ao fim de alguns anos ultrapassa largamente esses 60 contos «gratuitos».

Sobre este aspecto de subsídios não nos podemos esquecer que todos os gastos «oferecidos» despendidos nas construções não representam mais do que uma **pequena parte da mais-valia que é aquilo que nos é roubado diariamente, nos locais de trabalho, pelos capitalistas**, como resultado da exploração da nossa força de trabalho.

Não temos nada que choramingar, aquilo a que temos direito, mas sim exigir que os problemas sejam resolvidos, sem que se sirvam das nossas necessidades para engordar ainda mais aqueles que nos exploram, (como aconteceria, por exemplo, no caso de se expropriarem os terrenos com indemnizações e especulações, no caso de se entregar a construção às empresas capitalistas de construção civil, ou ainda por exemplo no caso da auto-construção.

### QUEM DEVE CONSTRUIR?

A auto-construção que significa ser os próprios moradores a construírem as novas casas, não passa de uma forma de dupla exploração. Depois de um dia inteiro de trabalho a encher os bolsos aos capitalistas, tínhamos de ficar até às tantas a trabalhar na construção das casas.

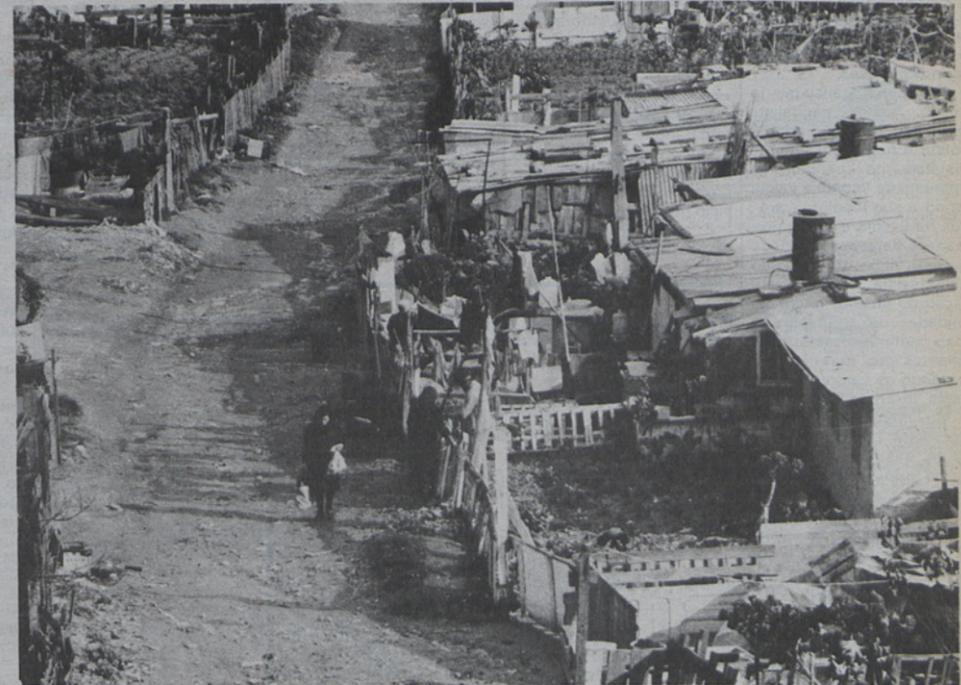
Se existem mais de **200.000 desempregados, postos na rua pelos capitalistas e na miséria, há que dar emprego a esses camaradas**. Por que não empregá-los na construção civil?

O projecto das cooperativas de habitação económica do Governo é uma forma de fugir aos encargos no processo de financiamento e construção de novos bairros. Permite controlar melhor as justas reivindicações populares descarregando para as cooperativas toda a responsabilidade da construção de novos bairros.

Será que os senhores capitalistas que têm casas luxuosas por nós construídas também se tiveram de construir em cooperativas para terem essas habitações?

Em face das manobras para dividir os bairros como criação de bairros pilotos, ou o plano de distribuição de terrenos da C.M.L. para o ano de 1975 (que distribui uma pequena faixa ali, outra acolá mas não chega nem sequer para construir um dos bairros próximos dessas faixas temos de mostrar a nossa união e solidariedade activa entre bairros que é a nossa força.

### CASAS SIM — BARRACAS NÃO



## CRUZ VERMELHA — LUMIAR

Sobre a ocupação do Bairro da Cruz Vermelha-Lumiar tem sido lançada, por parte de entidades oficiais, uma campanha de deturpação das razões que levaram aqueles trabalhadores a ocupar os prédios ainda não acabados.

Essa campanha que passa pelo referir-se «altos

ordenados mensais dos chefes de família, que até viveriam «bem (e não dizendo por exemplo o número de filhos a sustentar, até o chamar-se-lhes simplesmente oportunistas, visto portanto isolar a luta dos ocupantes da de todos os outros trabalhadores, lançando assim incorrectamente trabalhadores contra trabalhadores.

Se é certo que a ocupação imediata de todas as casas devolutas ou recém construídas, não resolveria o problema da habitação (visto não existirem de facto habitações e equipamentos que cheguem para as necessidades, o principal da questão deve ser sempre avançar para a satisfação das necessidades trabalhadoras. E satisfazer as necessidades é apontar e levar à prática uma política de construção de habitações a curto prazo, em zonas acessíveis e sob o

urgentes e onde, aqui sim alguns agregados tivessem posses razoáveis:

Assim, devem ser sempre os trabalhadores directamente interessados a fazer ouvir a sua voz. Tudo o resto que não respeite isto, e alhear-se dos problemas reais dos trabalhadores, sob a capa do imobilismo e do «isto tem de ir dvagar».

Os ocupantes do Bairro da Cruz Vermelha-Lumiar, através de um comunicado, esclarecem melhor que ninguém as suas razões

### COMUNICADO

Os ocupantes das casas da C. M. L. do Bairro da Cruz Vermelha do Lumiar querem explicar a razão por que foram ocupadas «legalmente» estas casas, e fazer ver ao sr. eng.º Cadeira Rodrigues que no dia 6 de Fevereiro de 1975, numa conferência de imprensa, se nos referiu como

«Dizem que «assaltar» casas é anarquia! Então podemos nós achar em boa ordem uma sociedade que nos nega os direitos mais elementares? Estamos decididos a fazer-nos ouvir. Somos pessoas como as outras — não queremos tirar as casas a ninguém.

que também delas precisamos confrontações ou conflitos com ninguém, nem civis nem militares. Queremos que alguém nos ouça. Queremos casas decentes para os nossos filhos! Pedimos o apoio de todos! Que compreendam a nossa aflicção! A união com organização faz a força! Conquistemos o nosso direito à habitação!»

oportunistas e provocadores que não foi nem pelo gosto da aventura que tantas famílias procuram angustiadamente uma solução breve para o seu problema.

O direito à habitação até agora não tem sido para nós senão uma frase. Esgotaram-se forças e paciência a tentar resolver o proble-

ma pelos meios legais que sempre nos acompanharam. Diz o sr. eng.º que a população deve organizar-se e participar na resolução dos seus problemas. Foi pois o que fizemos, sakturados de esperar que, pela via legal nos dessem ouvidos.

«Nós não somos nenhuns oportunistas. Nós somos apenas homens e mulheres

# PARA UMA FORTE ORGANIZAÇÃO POPULAR!

# Para uma gestão democrática das escolas

Logo após o 25 de Abril a palavra de ordem «gestão democrática das escolas» foi a arma de luta fundamental dos estudantes e professores progressistas contra as estruturas e ideologias fascistas escolares. Mas, se na Universidade essa luta assumiu a forma de um movimento de massas, nas escolas preparatórias e secundárias o seu enraizamento foi menos profundo, menos politizado e em muitos locais serviu até de expediente para elementos reaccionários se entrencharem.

Passados sete meses de experiência e ensinamentos e em vésperas da saída do decreto do M.E.C. sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, é urgente retomar criticamente o problema e retomá-lo em termos políticos.

Entre uma análise que já vê o sector capitalista avançado e europeizante e hegemónico instalado no comando do aparelho de Estado e veiculando a sua ideologia através da Escola e a que permanece na superficialidade de uma linha de conteúdo anti-fascista (democratização do ensino; maior facilidade de transportes; mais cantinas; escolas polivalentes; etc., mas não contestando os valores capitalistas inscritos na Escola, o Movimento de Esquerda Socialista procura ter em conta, nas suas análises e acção prática, dois aspectos essenciais.

1.º Ao nível do aparelho de Estado continuam a verificar-se contradições entre várias fracções de classes sociais, contradições entre vários projectos políticos, de tal maneira que neste momento — e ainda impossível prever qual dessas fracções acabará por estabelecer a hegemonia ideológica e deter o poder político.

2.º A gestão democrática das escolas, inserindo-se na realidade da luta de classes da actual sociedade portuguesa e na ausência de uma estabilização política do aparelho de Estado, pode ainda funcionar como factor importante para pôr em questão a função da Escola na estrutura capitalista, a própria existência da Escola como instituição e fazer avançar acções concretas numa perspectiva de esquerda.

Assim, para o M.E.S., a gestão democrática das escolas é ainda um terreno de luta política capaz de mobilizar professores e estudantes.

## PARA ISSO É NECESSÁRIO:

a que as comissões de gestão não se transformem em apêndices burocráticos do M.E.C., fazendo-as desempenhar, sob outra forma, o papel que dantes cabia aos reitores e directores.

b que seja rigorosamente garantida nas comissões de gestão a paridade entre professores e alunos, com possível excepção para o ciclo preparatório.

c que as comissões de gestão estejam constante-

mente controladas pelas assembleias deliberativas de alunos, professores e funcionários, cabendo a essas comissões apenas a função de coordenação e execução de iniciativas decididas democraticamente pela comunidade escolar.

d que as comissões de gestão e a gestão democrática sejam instrumentos de defesa da autonomia das escolas facilitadoras da criatividade de professores e alunos e abandonem qualquer prática repressiva à liberdade pedagógica e à expressão dos conflitos ideológicos.

e que as comissões de gestão e a gestão democrática continuem a ser meios para liquidar no interior da escola os resíduos fascistas.

## Vila Flor:

## M.E.C. despede professores

Os simpatizantes do M.E.S. (Movimento de Esquerda Socialista de Vila Flor, em face de um despacho da Secretario de Estado da Administração Escolar que pedia a substituição urgente do quadro dos actuais professores do Externato Liceal-Municipal de Vila Flor, por falta de diploma de leccionação, tomam posição, esclarecendo

Que todos os professores expulsos possuem pelo menos o mínimo de habilitações (7.º ano para leccionar no ensino secundário.

Que há professores diplomados pelo país a exercer funções, professores esses que estão altamente comprometidos com o regime anterior. Que a posição do M.E. foi escandalosamente autoritária na sua decisão, apoiando-se quer em leis fascistas, quer em informações inventadas de um inspector que visitou o mencionado

Externato com fins explícitos de fazer esquecer os problemas da Escola.

Que a Comissão de Gestão constituída por cinco professores e cinco alunos foi contestada pelo M.E.C., visto não estarem previstas comissões de gestão para estabelecimentos de ensino particular... Qual será mais democrático, um a mandar o director ou dez a coordenar

ue, em face de um dilema ou a readmissão de um aluno boicotador do trabalho escolar, que tinha sido expulso, ou a expulsão de quatro professores não dispostos a readmitir o referido aluno, o M.E. optou pela primeira alternativa.

Que isto os simpatizantes do M.E.S. de Vila Flor declaram

1.º) É urgente um saneamento sério e radical no M.E.

2.º) Não aos despedimentos sem justa causa.



## — VOZ DA REACÇÃO

A imprensa tem, é evidente, um importante papel na formação e desenvolvimento das ideias do cidadão. Por isso escrever num jornal é um acto eminentemente político.

Consciência disto sempre teve o regime fascista, que tratou de garantir um total controlo sobre os órgãos de Informação. No que respeita à imprensa sempre soube garantir que nada de inconveniente fosse publicado (através da censura para além de manter jornais próprios como o único objectivo de garantir a «repetição hipnótica de disparates convenientes (Diário da Manhã, Época

Mas a campanha de estupidificação a nível nacional não terminou com o 25 de Abril. Aliás ela é imprescindível à manutenção do regime de exploração que a tantos interessa. Pelo País espalham-se focos de «doutrinação» deste tipo, da qual são elemento importante os jornais regionais. Exemplo deste tipo de agressão ideológica (há para aí uma multuzinha) é o pasquim intitulado Voz de Lamego. Mui sacrossanto, tresandando a água benta, por entre notícias de ordenações, bispos e seminaristas, a Voz de Lamego vai fazendo a sua politicazinha (contributo modesto mas incisivo para a manutenção do obscurantismo de 48 anos.

A cruzada do momento é a contracampanha de esclarecimento do M. F. A. em Trás-os-Montes. Com o devido pedido de desculpa à inteligência dos leitores reproduzimos algumas das barbaridades publicadas

no jornal de 30 de Janeiro sob o título Um padre e a Nortada.

«Não sei se os oficiais da Operação Nortada eram mandatários e porta-vozes do M. F. A. ou se apenas agiam com seu consentimento. Sei sim que o clero do Nordeste, que para nada foi contactado em relação à referida operação, se viu alvejado como por inquiridores...»

«Sublinhei com sincero regozijo a noticia da Operação Nortada (... mas sinto sincera pena de não poder acrescentar que foi igual o êxito da acção politizadora (... viu-se claramente que os sr.s. oficiais quiseram conduzi-la situação de todo o Nordeste face a uma única alternativa pró-comunismo e reacção (...»

«O fascismo não mete o medo como que os comunistas pretendem almar-nos. De resto, não foram os operários mas os proprietários e trabalhadores destes nossos campos (é bem que não se esqueça quem mais sofreu das arbitrariedades e prepotências e abandono dos fascistas (...»

O comunismo não tem a importância que se faz crer, nem como vítima, nem como ameaça, nem como acção. Como vítima que português hoje não tolera o comunismo? Como ameaça: ninguém teme a sua força, apesar de considerável, mas tão somente a sua falsidade democrática. Como acção: que fez até agora o Partido Comunista entre nós que o não pudesse fazer e o não fizes-

se melhor (sem sobressaltar nem atropelos qualquer partido social-democrata

«Não queremos nem podemos consentir, na qualidade de padres, que continue e vigore este equívoco alimentado pela sofística dialéctica marxista — O comunismo é antifascismo, logo é democracia(?!); logo o anticomunismo é antidemocracia (?!), logo o pró-fascismo é reacção. Portanto o pró-comunismo (tese ou reacção (antite-

A dialéctica marxista é boa para definir ou retratar uma revolução marxista mas não uma revolução democrática. Num quadro de pensamento marxista só podem enquadrar-se, com justeza e exactidão, marxistas.

Nós padres jogamos fora. Nem contra nem a favor do comunismo. Nós estamos simplesmente fora. Fora e à frente, sempre que possível. (...»

«Se ser pró-comunista é reconhecer que o plano de emergência do P. C. P. é um bom programa social democrata, e, por isso, merece ser secundado, eu sou até muito pró-comunista:

«Sou contra comunistas nos precisos termos (só nesses mas nesses em que o estão a ser, por exemplo e de maneira totalmente insuspeita, Mário Soares e Salgado Zenha...

Que tal! Isto é apenas uma parcela da politização que permitirá ao nosso bom povo votar conscientemente nas próximas eleições...

## — E DO PROGRESSO!



## Novos Horizontes

Editorial  
A estrutura viu sempre de Mirandum de sempre e sua longa duração

Neste contexto, e sobretudo nas zonas mais isoladas do Norte e interior é fácil de ver a importância que adquirem todas as acções que visem remar contra este marasmo cultural-informativo.

Assim saudamos o aparecimento nestas zonas de duas novas publicações regionais (mensais) de espírito totalmente diverso da

atrás citada, que por certo contribuirão para o esclarecimento das massas trabalhadoras sobre as «virtudes» da sociedade capitalista, e os processos para a libertação da exploração (ou ao menos libertação das ideias e crenças absurdas herdadas do fascismo e alimentadas laboriosamente pelo capital e seus «humildes servidores».

São eles o Mirandum, no distrito de Bragança, e o Novos Horizontes, em Melrefim, distrito de Braga. Propõem-se contribuir para a informação das classes exploradas, e fazem-no numa perspectiva de classe anticapitalista. É, sem dúvida, uma tarefa difícil... mas fundamental.

Bom trabalho, camaradas!

# LACTICÍNIOS!

## IOGURTES: Ocupação

A luta dos trabalhadores da Biolacta — iogurte «Bom Dia» é uma luta que, por justa e necessária, precisa, fundamentalmente, do apoio e solidariedade activos de todos os trabalhadores e em especial daqueles que mais directamente podem contribuir para a manutenção do trabalho em condições de normalidade na firma agora sob controlo e ocupação dos operários.

Os trabalhadores da Biolacta, conscientes da vergonhosa exploração de que têm sido vítimas por parte do patrão, o multimilionário Rodrigues e, depois de no passado dia 6, terem dado conhecimento às autoridades das suas justas reivindicações, decidiram ocupar as instalações da fábrica e manter-se em laboração para conseguir, pelas suas próprias mãos, aquilo que nem patrão nem autoridades estão dispostas a conceder: a justa remuneração. Para alguns, neste momento, ela é inferior ao salário mínimo nacional.

É bem claro que os trabalhadores sabem que a situação de autogestão em que se encontram é transitória e precária: não podendo controlar todo o circuito de produção, desde o fornecimento das matérias-primas (fundamentalmente, o leite e os boiões às possibilidades de efectuar com segurança a distribuição do produto e a sua colocação no mercado, os trabalhadores sentem que, a todo o momento, podem ser vítimas de boicotes — até porque os capitalistas sempre se uniram para melhor explorarem as classes trabalhadoras.

### PELO CONTROLO DA PRODUÇÃO

Esta é a razão porque a luta da Biolacta, para que seja levada à vitória, tem de estar dependente do efectivo controlo que os trabalhadores das empresas fornecedoras consigam impor nos seus locais de trabalho, de modo a que não seja possível ao patronato sabotar o legítimo direito ao trabalho e a uma remuneração condigna.

Também os trabalhadores da fábrica de iogurtes «Veneza» têm uma palavra a dizer em apoio desta luta, uma vez que, sendo o patrão o mesmo, só a união dos trabalhadores poderá levar de vencida o mesmo inimigo. Embora aparentemente os trabalhadores da «Veneza» estejam a ser «melhor remunerados», há que tomar atenção ao facto de que isso significa na prática exploradora do patrão. Além de conseguir dividir os trabalhadores, as «surdas por fora» não são de modo nenhum uma forma de remuneração justa: basta reparar que o patrão não efectua quaisquer descontos sobre essas «surdas», elas não são contabilizadas para efeitos de reforma e de subsídios para

doenças e, mas grave ainda, só duram enquanto ao Rodrigues muito bem apetecer dá-las.

Desde Outubro passado que os trabalhadores dos iogurtes «Bom Dia» vêm exigindo salários mínimos legais cujo pagamento tem sido arrogantemente negado pelo multimilionário Rodrigues sem sequer se dar ao «incomodo» de se justificar perante os trabalhadores. A exploração dos iogurtes tem dado chorudos lucros ao patrão, como sempre tem acontecido, permitindo que a sua fortuna seja cada vez maior à custa do suor derramado pelos explorados, aos quais nega, à boa maneira fascista, o salário mínimo legal.

Dos dezotoito empregados da firma, entre os quais quatro mulheres, três operárias do sector de produção não recebem o salário mínimo nacional — ganham apenas mil e quinhentos escudos por mês. Quanto aos outros trabalhadores, nenhum recebe o estipulado nos contratos colectivos de trabalho. As diferenças, para menos, vão de um conto e quinhentos a três mil e cem escudos. No presente momento, o patrão está a dever aproximadamente cento e setenta contos de ordenados em atraso (cerca de dez — contos — dez) por trabalhador.

Em princípio, e se não houvesse boicotes, não seria difícil para os trabalhadores da empresa manter a produção. Mas logo no primeiro dia surgiram as manobras: começou com a questão do leite. E sem leite, não se pode fazer iogurtes, claro. Porém, os trabalhadores conseguiram que a UCAL lá se resolvesse a fornecer o leite, mas, agora, tem de ser pago a pronto... Com isto, os senhores da UCAL mataram dois coelhos de uma só cajadada: vendem o leite e recebem logo, «ao contado»...

### PELO APOIO OPERARIO

Mais grave, porém, é o boicote dos boiões, o patrão Rodrigues conseguiu que os seus colegas da CNE (Companhia Vidreira da Marinha Grande) cancelassem os fornecimentos de recipientes, dos quais têm os moltes em exclusão. Dentro em breve os trabalhadores poderão ver-se a braços com uma paralisação por causa desse boicote. Esta situação só poderá ser combatida se os

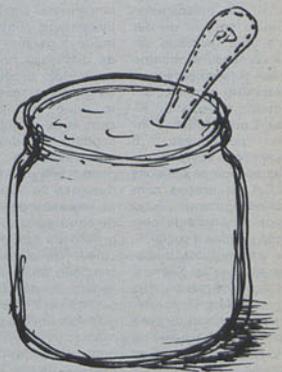
trabalhadores da CNE assumirem uma atitude decidida de apoio aos camaradas em luta. E, de facto, os trabalhadores dos iogurtes «Bom Dia» já receberam manifestações de apoio daqueles operários viadros.

Até nas viaturas de distribuição dos produtos, o patrão tentou lançar a sua garra destruidora. Como as carrinhas são reparadas numa garagem que é também pertença do multimilionário Rodrigues, a Auto Malpique (mais uma!), este tentou retê-las, mas a corajosa resistência dos trabalhadores e a intervenção decidida do Sindicato dos Motoristas conseguiu impedir o patrão de levar a sua por diante!

De momento, os trabalhadores da Biolacta têm bastantes possibilidades de sustentar e levar a bom termo a sua justa luta até porque, só os créditos em atraso montam a trezentos contos. E quem os deve são

os Supermercados Pão de Açúcar, a Maternidade Alfredo da Costa, outras clínicas e hotéis.

«Os trabalhadores do iogurte «Bom Dia» exigem ao multimilionário Rodrigues salários mínimos legais, o fim do boicote aos boiões de vidro e justiça democrática. Pedem ao Governo e às Forças Armadas o congelamento das contas bancárias do multimilionário patrão, o fim da vergonhosa exploração pelo multimilionário Rodrigues; o fim do salário de fome de 1500 escudos; salários mínimos legais; apoio legal na luta contra o desemprego; e, fiscalização imediata da escrita das outras empresas do multimilionário explorador. Pedem a todos os portugueses apoio para a sua justa luta de trabalhadores. — Somos trabalhadores explorados, vivemos do nosso salário. Reclamamos justiça morte ao salário de fome de 1500 escudos!»



## LEITE:

# Pequenos produtores em crise

A «Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite Oeste Estremadura agrupa os Concelhos de Beniche, Caldas da Rainha, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Alcobaca, Nazaré e Óbidos, dos quais, o mais importante é Peniche com base na Serra D'El Rei com quem contactámos. É formada na sua quase totalidade por pequenos produtores com duas ou três vacas. Pequenos produtores que estão em luta por uma Cooperativa que pelo menos não os explore, como acontece até agora. Pequenos produtores que não controlam a «Cooperativa e vêem nela não uma forma de defesa dos seus interesses dentro do sistema capitalista de produção, mas sim um patrão contra o qual é preciso lutar. Luta que anda à volta do saneamento, tanto da direcção como do funcionamento da «Cooperativa».

«Quais as medidas que se impõem em relação à «Cooperativa»?

«Queremos uma direcção séria. Os fascistas desapareceram de lá que não fazem falta nenhuma. Saneamento da direcção. Não podemos admitir gente

daquela lá dentro. Só temos sido explorados pela «Cooperativa», não tivemos lucro nenhum.

Saneamento de uma direcção, que não foi eleita directamente pelos produtores, e que para além de tudo permitir, vai ao ponto através, do gerente, de aconselhar os produtores a falsificarem o leite. Palavras do Gerente Branco «Ponha uma pinga de água no leite e deixe andar. Tem a protecção da «Cooperativa»...»

Ainda há um sr. classificador, nomeado pelo Estado, José Pedro Cunha da Mota que classifica o leite quanto à quantidade de gordura, que determina a qualidade do leite, e de que maneira ele classifica...

«Quem não se demite, e nós dessejávamos tanto, é o sr. classificador que não tem vergonha nenhuma.

Saneamento também do funcionamento da «Cooperativa», que não está ao serviço nem dos pequenos produtores nem do consumidor. O leite de todos os Concelhos é analisado nas Caldas da Rainha e ao sê-lo fora da vigilância dos produtores e no máximo três vezes por quinzena, tem permitido por um lado

a sua falsificação pelos próprios produtores e por outro lado a falsificação do resultado das análises pela direcção da «Cooperativa».

«A amostra do leite é levada para as Caldas para ser analisada. Eles analisam conforme querem e classificam como entendem. E a gente tem de acreditar naquilo que eles dizem. Pagam o preço que querem, mais nada. A gente não tem provas nenhuma.»

A falsificação do leite sendo por um lado resultado de pressão da direcção da «Cooperativa», visando ter os produtores abaixo da sua alçada, e por outro lado como resultado do recente aumento de preços da farinha e do leite, é também da responsabilidade da administração pública que se encontra ainda na sua quase totalidade ao serviço das classes exploradoras.

«Foi um exagero o aumento das farinhas em relação ao aumento do leite. Ficamos numa grande desvantagem. A farinha subiu 80500 em saco e o leite um escudo em litro. Antes dos aumentos da farinha e do leite eram precisos 35 litros de leite (classe A) para pa-

gar uma saca de farinha e agora são precisos 43 litros de leite. Por conseguinte o leite não subiu, desceu em relação à subida da farinha. Isto é o problema grave de dos produtores, não tenho dúvidas nenhuma.

Na tentativa de resolução dos seus problemas foram os pequenos produtores falar com membros do Governo Provisório.

«Já fomos falar com o ministro dr. Álvaro Cunhal, que nos disse que o nosso problema ia ser resolvido, mas que demorava, e até agora já lá vão quatro meses e nada.»

Os pequenos produtores iniciaram a sua luta há já bastante tempo. Consideram que já tudo tentaram. Ganham entretanto a consciência que os seus problemas só serão resolvidos por eles, que a condução da luta a eles compete e que é através da luta de massas, e não em conversas de gabinete, que os seus problemas serão resolvidos.

«Já tentamos tudo. Estamos esgotadas todas as hipóteses de resolução do nosso problema com conversinhas. Isto agora há de ir para a frente, nem que seja à porrada.

# via Keynesiana?

## via socializante...

### via socialista

De ROSSANA ROSSANDA

Se mais economistas comandassem exércitos e mais militares lessem Keynes, as probabilidades de que uma revolução desse lugar a um crescimento económico em vez de dar lugar a uma recessão seriam incomensuravelmente maiores. Assim começava, em Dezembro passado, um suplemento especial do **Financial Times** sobre a indústria portuguesa. E acrescentava: «Esta questão não escapa aos oficiais do M.F.A., a braços com uma crise económica e no curso de uma grande perturbação política e social.»

Que os militares portugueses estão a ter Keynes, em ritmo acelerado, não restam dúvidas. Que Keynes lhes dê uma ajuda para saírem das embulhadas, parece menos certo. Nas paredes de Lisboa, bem como em qualquer superfície à mão de semear que me tenha caído sobre os olhos, inúmeras vezes escrevi: **Socialismo, única solução.** Entre o **«Financial Times»** e as mãos desconhecidas, os Governo tem navegado até agora numa terceira fórmula, a **via socializante**, e defende-a com argumentos que não deixam de ser relevantes, o mais sólido dos quais é o de que o **poder está no canal da espingarda**, e o mais frágil dos quais é que estaria todo ali. Procurando, por outras palavras, virar num diverso sentido político o velho mecanismo económico. Como suporte desta opção, a que sorriem os ingleses das páginas róseas do seu autorizado jornal (construídas de resto de acordo com o Governo de Lisboa «vinde, ó capitais, dar-vos-emos isto e aquilo»), existe um aparente realismo, uma sincera preocupação. A revolta dos capitais herdou uma situação suficientemente grave para não consentir soluções tradicionais do tipo dos processos com que os estados europeus escorregaram para a democracia e para a «marshalização»

#### — Uma situação difícil

Esta foi a ordem das opções do Governo até estes dias. Mas nem sequer é preciso muito para entender as dificuldades que o seu aparente realismo encontra. Percorrendo um a um os argumentos a seu favor, eis as sombras: como era óbvio, dado o aumento

(dependência em relação aos E. A., depois da guerra, mas não tão fechada que não permita manter esperanças de um relançamento capitalista, politicamente controlado, de modo a garantir o mínimo de dispersão no já magro património produtivo. Uma considerável reserva de ouro, uma relação positiva com as ex-colónias que ascendem à independência, uma estrutura capitalista destruída pelo fascismo e desejosa de outro ambiente, algumas possibilidades de contratar a própria integração na Europa, a capacidade de oferecer ao estrangeiro uma face política lavada, apresentável e guardada pelo Exército, coisa que hoje em dia poucas democracias podem fazer, bem como uma enorme mão-de-obra a tratar com decência mas com pulso firme (explica desafiadoramente o **«Financial Times»**, que em Novembro houve menos greves do que em Itália e na França de modo a acumular e relançar de maneira programática um certo desenvolvimento. **estas são as cartas que o novo Portugal apresenta à Europa.** Com um trunfo a mais: a posição «geopolítica», que lhe sugeria para lá do interessante mercado dos fretes marítimos uma grande tentativa na petroquímica. Está em construção no Sul, em Sines, a maior refinaria da Europa, pensada pelo omnipotente grupo CUF, em moldes que permitam receber os maiores petroleiros do Mundo (que ainda não estão conhecidos que, mesmo quando for reaberto o canal do Suez (quanto mais tarde o reabrir melhor), oferecerá um apoio e serviços inigualáveis à insaciável Europa ecologicamente doente (brincadeira que Portugal não pode permitir-se. Já agora a esplêndida encosta da Serra da Arrábida, ao voltar para Setúbal, está espartilhada por novas instalações industriais. Porque não insistir sobre isto?)

dos preços estrangeiros e a necessidade de algumas medidas elementares de ajuda à população a reserva de ouro, até agora intocável, vai baixando (passou de 2 800 000 milhares de dólares a 2 300 000). A relação com as ex-colónias é ainda uma relação de

despesa: é preciso manter nelas o Exército, quer porque o pedem estas quer porque é difícil reconvertê-lo: as actuais despesas diz-me Melo Antunes — depois de acabada a guerra são praticamente iguais às do tempo da guerra; além disso, teve que se dar à Guiné e a Mocambique, por uma questão de decência, uma ajuda (embora modesta) para o arranque. Além disso negociava-se com eles em pé de igualdade, e portanto adeus aos preços privilegiados das matérias-primas.

**Olançamento de uma relação entre os membros da ex-comunidade lusiada, que aparece ao mesmo tempo favorecida por um autêntico crescimento político comum, e até por necessidades comuns de defesa, implica de momento mais despesas de investimento do que lucro.**

E passemos agora à dinamização da estrutura produtiva interna. **O Portugal de hoje paga contas muito antigas**, desde a histórica incapacidade de transformar em acumulação de capitais os fluxos de ouro que lhe vinham do antigo império marítimo e colonial. **Tudo foi comercializado, e acabou-se por fazê-lo, na divisão internacional do trabalho, por conta de terceiros**, desempenhando Portugal um papel subalterno na óbita inglesa. Assim a indústria manufac-

#### — A proposta do capital

tedi para encontrar António Champalimaud, o Agnell local, que no último decénio desenvolveu a siderurgia nacional, o que **lhe permitiu multiplicar-se vezes, graças a extraordinárias condições físicas e políticas, o capital inicial**, precisamente enquanto toda a siderurgia internacional diminuía os seus lucros o que é que o fez virar **spinolista**, e aparecer «**mais aberto**» dos homens do capital para os novos destinos de Portugal? Champalimaud respondeu-me que não dava entrevistas. E é verdade em poucos países os «big» da indústria, do crédito e os grandes agrários são tão exemplarmente reservados, avessos a declarar o que quer que seja, e desejosos de se fazer esquecer. Mas falam frequentemente com o Governo. E não

tureira só começou a implantar-se no fim do século XVIII e no século seguinte, quando muito orientada sobre a indústria ligeira, técnica e financeiramente dependente do estrangeiro, e portanto, depois da crise dos anos vinte, antes mesmo de se expandir voltada para um sistema proteccionista, exprimidido e condicionado pelo salazarismo. **Moral: Portugal é talvez o único país europeu que tem mais operários no estrangeiro do que na pátria.** Na pátria, em menos de dez milhões de habitantes, três milhões «trabalham» (pouco menos de um na indústria, o mesmo na agricultura, mais nos serviços). A agricultura em crise vertical, expulsou dois milhões de pessoas, que acabaram por ir ter ao estrangeiro porque não encontravam saída numa rede industrial fragmentadíssima nas estruturas e mais que concentrada na propriedade (CUF, Espírito Santo, Champalimaud. Paralelamente no crédito (Totta e Aço, Pinto e Sotto Mayor, Espírito Santo. Note-se que é de novo, a primeira trindade dos «grandes seis», nascida e crescida com o salazarismo, que controla de facto o capital e crédito interno e colonial, com fortíssimas participações estrangeiras. Ter-se-á libertado do salazarismo por ter chegado a um sufocamento, mas o que é que é capaz de propôr

podem recusar-se a responder ao MFA, de forma que pude fazer uma ideia do que tem na cabeça, baseando-me no que outro grande, Carlos de Melo, disse numa conferência com debate no Instituto de Altos Estudos Militares. Em resumo **os investimentos estacionaram porque está congelado o mercado de capitais.** Houve uma grande possibilidade em 1972 e 1973 (de novo Keynes agarrar pela garupa um surto inflacionista nos começos, com grande liquidez no mercado perdemos porque Caetano não percebeu e nós não tivemos coragem, agora encerrada. Para reactivar os investimentos internos e estrangeiros seria preciso saber o que é que vai acontecer nos próximos dez anos: ora nem sequer se sabe o que irá acontecer nos próximos

seis meses. «Vamos antes de mais para instituições estáveis. Facilite-se o investimento produtivo atingindo desapidadamente a especulação; eliminem-se a propriedade fundiária, juntamente com a especulação. Oriente-se a despesa pública de forma a conter, graças aos investimentos sociais, o surto salarial dentro de limites «estimulantes» para a empresa. Garantam-nos as condições

políticas para obter uma forte participação estrangeira, e garantam num diálogo a três — capital, Governo, trabalhadores — a discussão do desenvolvimento. Se assim fizermos, trata-se de apertar o cinto de seis meses a um ano e meio («mas o que é um ano e meio» um ponto despresível na História) e depois reparte-se. Parece ouvir-se Mino Andreatta, se não houvesse no senhor Melo, um bocado mais de prudência ao abordar o ponto doloroso da restrição dos consumos, e se não estivesse já a grande massa dos portugueses apertada em termos para nós inimigáveis, com quase dois milhões de emigrantes periclitantes no estrangeiro, e com o mais explícito ceticismo sobre qualquer regresso ao campo.

Tal como em Itália, o fundo do problema é saber quem paga esta famosa reestruturação para o desenvolvimento? Que possibilidade existe de a fazer assentar sobre um relançamento do mercado interno. Isto é fácil de dizer.

**Portugal tem, um nível de vida entre os mais graves da Europa e horrivelmente desequilibrado de zona para zona** (com índice 100 para o país, 290 em Lisboa, onde há miséria, e 26 em certas regiões agrícolas

#### — Tendência para o desemprego

«Mas os muitos operários que trabalham em regime que estarão à beira do colapso, logo que acabe o proteccionismo os camponeses do minifúndio do Norte que morrem literalmente de fome, o campesinato maravilhoso do Sul sem uma parcela de terra, os marginalizados da cidade, onde os bairros de lata se aninham, em qualquer prega da periferia, e que trabalham no velho centro

do Norte, tais como a Bragança. Afigura-se pois difícil encontrar a solução no mercado interno, reduzido a estes extremos a estrutura proprietária e salarial. E no mercado estrangeiro? Apenas meteu o nariz de fora, soprou-lhe na cara, vindo da Europa, o vento gelado da crise. Os portugueses, sendo dotados de bom senso, não se iludem quanto aos petrodólares começam pelo contrário a temer que os países árabes façam as suas refinarias sozinhas, pelo que o grandioso projecto de Sines, bandeira mais ou menos solitária do modernismo português, corre o risco de custar 500 milhões de liras por cada novo posto de trabalho criado, e depois não funcionar.

Assim, se chega, e quer se queira quer não, à identidade entre o político e o económico. Até onde pode ir um compromisso com a massa ainda confusa mas cheia de necessidades, expressas pela revolta do 25 de Abril e depois, numa estrutura económica cujo atraso, fragilidade e estrangulamentos são todos «políticos», isto é herdados de dispositivos repressivos e privilegiantes de poder que marcaram profundamente? Os grandes do capital podem hoje também metamorfosear-se transformando-se não só em forças neutras, mas mesmo em materiais de construção de um novo Portugal o elegante senhor Melo não hesita em declarar que «as ideias socializantes são uma chicotada que obriga o capital a humanizar-se» e que Marx e Engels fizeram um grande bem (!!!?) Antes o capital era frio e desumano, agora sabe que é de quem tem conta a grande força humana e contratual que são os trabalhadores.



Continuação da pág. 10

empresas semiartesaniais (de 1 a 3 empregados ou pequenas-médias (70 por cento das empresas têm entre 3 a 100 empregados e muitas das médias estão em estado clamoroso (nos têxteis por exemplo, juntou-se à subida dos preços do algodão angolano e mocambicano o aumento

dos salários na ordem dos 200 por cento.

Desencadeou-se já uma tendência para o desemprego (150.000 a mais em relação ao ano passado e o temor aumenta com a hipótese de um regresso dos emigrantes da França e da Alemanha, e será ainda preciso empregar à cerca de duzentos mil componen-

### Uma cartada a jogar.

Fazer a soma não é difícil serão precisos em 1975 cerca de meio milhão, seiscentos mil empregos, e o sistema está em pleno congelamento de investimentos. Ao Estado não restou até agora senão ir aguentando a estrutura produtiva, assegurando-lhe com uma mão liberdade de iniciativa e facilidades creditícias, e com a outra aguentando a gente para que não peça demasiado e demasiado depressa, e não lhe resta uma terceira mão para refrear a inflação, que comeu num espaço de seis meses os aumentos concedidos e aumentou, como sempre, as desigualdades. Nem também para refrear uma certa fuga de capitais, enquanto a chegada de capitais estrangeiros diminui a metade e o preço das importações dobrou.

Assim, lord Keynes estará ao cimo da onda mas em plena tempestade, e mesmo que se digam lindas máximas, aumentar os investimentos, moderar a inflação, garantir nível de vida, reduzir a dívida externa, tanto o Governo como o MFA começam já a duvidar da possibilidade de existir. Jogam ainda uma carta-

da, toda ela política: a da «via socializante» que seria, por assim dizer, uma digestão política diversa de medidas ainda inteiramente sujeitas às modestas compatibilidades de a estrutura capitalista do P is permite, uma espécie de deslocação dos trabalhadores da rigidez de exploração para as fronteiras mais flexíveis da «consocialização», que amanhã pode criar as condições necessárias para inverter aquelas (in compatibilidades. Veremos como tudo isto é apresentado pelo Governo, pelos militares e pelo PCP. Entretanto a «via socializante» é, nem mais nem menos, uma ideologia a um modo diverso de pensar o que, em todos os outros países, uma (in certa classe dominante procura fazer.

Publicado em «Il Manifesto» 17.1.75

Estes dois artigos de Rossana Rossanda sobre Portugal constituem, com outros quatro não publicados em E. S., uma pequena monografia a lançar brevemente pelo MES, com uma introdução política da autora, que E. S. apresentará ainda proximamente.

# Cristãos contra propriedade privada

tes do exército colonial.

Da Comissão Coordenadora Nacional do Movimento **Cristãos pelo Socialismo** recebemos o seguinte comunicado:

1. Na actual situação que se vive em Portugal, é possível que muitos cristãos se interroguem sobre um problema que nos diz respeito a todos: a questão da propriedade privada. Por exemplo, é sabido que estão previstas a nacionalização de algumas empresas e a expropriação de algumas grandes propriedades. Por outro lado, os partidos que defendem os interesses dos trabalhadores mobilizam estes para a luta contra o capitalismo, afirmando que é necessário abolir a propriedade privada.

2. Em contrapartida, certos sectores católicos conservadores tentam iludir o povo, apregoando que a propriedade privada é um direito natural defendido pela Igreja. Segundo a opi-

niao desses senhores, os cristãos não podem ser socialistas nem comunistas mas têm de aceitar a sociedade tal como ela está, assim dividida entre proprietários e trabalhadores, patrões e empregados, industriais e operários. Dizem eles que sem propriedade privada não há liberdade individual, nem livre iniciativa, nem a segurança pessoal. Ainda por cima fazem uma propaganda tendenciosa, destinada a assustar aqueles que estão mais desprotegidos e que por vezes se agarram ao pouco que têm, afirmando que quando vier o socialismo e o comunismo ninguém terá nada de seu, nem a terra, nem a casa, nem as coisas de todos os dias. Os conservadores e os capitalistas procuram assim meter medo ao povo, confundindo de propósito os bens particulares de que todos precisamos com a posse individual das grandes fontes de riqueza.

segue quando as terras, as máquinas, as fábricas, as empresas passaram a ser propriedade de todos os trabalhadores.

**Contra a propriedade privada é preciso estabelecer a propriedade colectiva.**

5. Mais ainda, os capitalistas tudo fazem para que cada pessoa e cada família compre individualmente tudo aquilo de que precisa. Para aumentarem as suas vendas e os seus lucros, eles desprezam as necessidades colectivas e le-

vam-nos a adquirir particularmente aquilo que é de utilidade comum. Se um tractor é de um proprietário, os outros têm de lhe pagar para o utilizar; mas se o tractor fosse da aldeia todos se podiam servir dele. Da mesma maneira, em vez de bons transportes colectivos onde todos nos deslocássemos facilmente, os capitalistas fazem com que cada um compre o seu automóvel particular eles ficam a ganhar com isso mas nós ficamos todos a perder.

### Uma sociedade sem patrões

6. Só um regime socialista, só o poder exercido pelos trabalhadores poderá realizar a propriedade colectiva e a justa distribuição da riqueza. Os Cristãos pelo Socialismo lutam por esses objectivos e por isso aprovam todas as acções que tendem a restituir ao povo aquilo que é do povo. Quando os camponeses alentejanos ocupam e cultivam em grupo os baldios ou quando os habitantes dos bairros de lata ocupam os prédios vazios, não estão a violar o direito à propriedade privada, mas estão antes a exercer o legítimo direito de se apropriarem daquilo que lhes tem sido roubado. Igualmente os operários de muitas fábricas sabem agora por experiência que, quando os patrões fogem ou são expulsos, as fábricas continuam a laborar: **sem patrões as fábricas produzem, mas sem operários é que elas não funcionam.** Tudo isto prova que é possível e necessário construirmos uma sociedade sem proprietários, sem donos, sem patrões, sem capitalistas, uma sociedade sem proprietários, sem donos, sem

patrões, sem capitalistas, uma sociedade sem propriedade privada, uma sociedade socialista.

7. Muito longe de se opor ao ideal cristão, esta luta vai ao encontro de um dos mais fortes apelos do Evangelho que é justamente o de pôr em comum os bens que possuímos. Não é verdade que o desejo de repararmos com os outros aquilo que temos é um desejo próprio do cristão. Não é verdade que este mundo onde vivemos é um bem colectivo destinado a todos, em vez de ser para proveito do de alguns. Aqueles que defendem a propriedade privada em nome da Igreja, esquecem-se de que Jesus Cristo deu a sua vida na luta contra a ambição dos poderosos e que tudo fez para que os homens vissemos como irmãos numa terra sem senhores e sem mestres.

Por isso nós cristãos tudo faremos para que avance em Portugal a revolução anticapitalista, de modo que os bens da nossa terra não fiquem nas mãos de poucos exploradores mas sejam propriedade comum de todo o povo.

### Denunciar a propaganda hipócrita

3. O Movimento de Cristãos pelo Socialismo considera que deve denunciar a hipocrisia desta propaganda que é feita pelos ricos que não querem perder os seus privilégios. Se a propriedade privada é tão importante como dizem, parece que se esquecem de que a maior parte do povo não tem precisamente qualquer propriedade privada. A liberdade que esses senhores querem defender é apenas a liberdade de continuar a explorar o povo e de continuar a viver à custa do trabalho dos outros.

4. Na verdade, os partidos que lutam pelos interesses dos trabalhadores, quando falam em abolir a propriedade privada, querem-se referir à propriedade dos principais meios de produção, ou seja as grandes terras, as fábricas, o capital. O mal da nossa sociedade é que esses grandes meios de produção a riqueza estão nas mãos de uma minoria que põe e dispõe, enquanto aqueles que produzem essa riqueza vivem com grandes necessidades. O produto do trabalho deve ser para os que trabalham e isso só se con-

### S.E.I.E.:

## SANEAR PARA AVANÇAR

O saneamento da função pública, continuando através, continua também na ordem do dia.

Os trabalhadores da Secretaria de Estado da Indústria e Energia reunidos em plenário dão uma perspectiva mais consequente ao saneamento, abandonando o critério da «expurgação» simples do pido ou legionário, e enquadram-no no sentido do avanço do processo revolucionário.

Eis as propostas aprovadas:

#### PROPOSTA

Considerando que esta Secretaria

de Estado é básica para o processo revolucionário em curso:

— que a sabotagem económica que está a ser levada a cabo pelos grupos capitalistas exige um controle eficiente pelos Serviços da Administração Pública em especial por esta Secretaria de Estado;

— que os trabalhadores

— que a sua actuação não tem sido de molde a satisfazer as justas aspirações dos trabalhadores; desta S.E.I.E. estão decididos a por definitivamente o seu trabalho ao serviço dos outros trabalhadores

do País;

assim os trabalhadores desta Secretaria de Estado exigem:

1. que sejam colocados à frente desta S.E. pessoas verdadeiramente interessadas em levar por diante o processo revolucionário em curso.

2. a imediata intervenção do M.F.A. no controle das actividades desta Secretaria.

#### PROPOSTA

Considerando que o processo de saneamento ao nível do Ministério da Economia tem sido conduzido

de uma maneira totalmente ineficaz os trabalhadores da Secretaria de Estado da Indústria e Energia reunidos em plenário decidem:

1. Apoiar o M.F.A. no saneamento ao nível da função pública

2. Pedir que a intervenção ao nível da Secretaria de Estado da Indústria e Energia seja particularmente efectiva devido ao papel motor desta Secretaria de Estado no desenvolvimento do País.

3. Pedir que como medida imediata sejam imediatamente suspensos todos os trabalhadores sobre os quais existam processos de saneamento.

### Uma prática comunitária

8. Temos de começar desde já a pôr em prática esta necessidade de partilharmos os nossos bens e estabelecermos formas de propriedade colectiva. Se nos unirmos em cooperativas agrícolas, em vez de cada um só pensar na sua fazenda, estaremos no caminho de uma nova sociedade. Se nos empenharmos em conjunto por arranjar uma lavandaria para utilização de todos os vizinhos, em vez de cada família comprar a sua máquina de lavar roupa, estaremos a realizar uma economia e a vencer o nosso individualis-

mo. Se não nos limitarmos a reclamar aumentos de salários, mas se nos formos preparando para administrar as fábricas onde trabalhamos, estaremos a avançar no sentido de abolir a exploração provocada pela propriedade privada.

Estes exemplos servem para mostrar que assim cumpriremos a nossa fidelidade ao Evangelho e assim prepararemos a chegada daquele dia, certamente próximo, em que os trabalhadores tomarão conta do nosso país para o transformar numa sociedade mais fraterna.

# LUTA DE CLASSES NOS CAMPOS

1. O desenvolvimento do capitalismo em Portugal e a posição que o País ocupa no sistema imperialista mundial fazem com que a agricultura constitua um sector com peso decrescente na sociedade portuguesa. Este processo sofreu, como se sabe, brusca e forte aceleração a partir de 1960. Na verdade, enquanto a população ocupada na agricultura representava cerca de metade da população economicamente activa naquele ano, em 1970 passou a representar apenas 30 por cento. Por outro lado, a agricultura como sector económico e fonte directa de acumulação do capital perdeu sucessivamente importância e ocupa hoje uma posição de nítida subalteridade.

Daqui resulta que, no conjunto actual da sociedade portuguesa, as classes da sociedade rural constituem forças sem iniciativa autónoma e os seus interesses específicos as conduzem a um alinhamento crescente mais ou menos conflituoso, com as duas forças sociais fundamentais a burguesia e o proletariado.

Não significa isto que, numa óptica anticapitalista de construção do socialismo, a agricultura não assumia posição de manifesta importância a integrar necessariamente num projecto alternativo concreto.

## As classes em presença

2. As classes presentes nos campos, com peso relativo apreciavelmente diferente de região para região, são as seguintes:

a. O proletariado agrícola, cujo número global é da ordem dos 400 000, representa apenas cerca de 1/7 da população activa, 1,5 dos trabalhadores assalariados e 1/4 do proletariado no seu conjunto. Mais de metade do respectivo quantitativo acha-se disperso por zonas onde as relações de produção capitalistas coexistem com a produção independente de tipo familiar apenas cerca de 200 000 trabalham concentrados nas zonas do Sul do País (Ribatejo e Alentejo) de larga dominância da exploração capitalista.

b. O semi-proletariado, conjunto importante de trabalhadores agrícolas que vivem parcialmente da produção independente e recorrem em grande parte do ano à venda da sua força de trabalho.

c. O campesinato pobre, constituído pelos agricultores que praticam uma exploração independente em terra própria ou arrendada,

sem recurso, a não ser ocasional, à força de trabalho assalariado. Trata-se de uma classe ainda numerosa e o seu quantitativo aproxima-se do do proletariado agrícola mas que se vê progressivamente ameaçada pelo desenvolvimento do capitalismo, o qual determina ou a ruína destes agricultores, levando-os à proletarianização, ou os conduz a uma situação de dependência cada vez mais estreita face ao capital comercial, bancário e industrial. O processo de decomposição a que está sujeita não parece ter atingido ainda grau de suficiente intensidade para que seja pensável uma aliança fácil desta classe com o proletariado.

d. A burguesia agrícola, classe que recorre ao trabalho de assalariados agrícolas para cultivar terras próprias ou arrendadas aos proprietários fundiários e que pratica, portanto, a exploração do trabalho alheio. Não constitui um bloco homogêneo pois compreende duas fracções com características claramente distintas.

e. A pequena e média burguesia, que compreende os agricultores que realizam habitualmente trabalho directo ao lado dos assalariados que exploram e cuja situação é, em termos gerais, de crise.

f. A grande burguesia agrícola, que pratica uma agricultura tipicamente capitalista, com elevado recurso à mecanização e cujos interesses se entrelaçam em larga medida com os da burguesia financeira e industrial.

g. Os proprietários fundiários. Constituem uma classe que gozou de elevado poderio económico e que teve forte influência política, mas cuja decadência começou de há muito e se acelerou manifestamente nos últimos tempos. Vive apenas de rendas ou limita-se a praticar culturas fáceis (corticea, cereais) em explorações extensivas e pouco racionalizadas.

h. As contradições entre as classes e a luta de classes nos campos estão longe de apresentar aspectos idênticos em todo o País. Assim:

a. Nas zonas onde predomina a grande propriedade e a concentração dos assalariados, o antagonismo fundamental é o que opõe os assalariados agrícolas (proletários) e semi-proletários ao patronato agrícola. Mas o patronato agrícola não é, como atrás se deixou referido, um bloco homogêneo antes as várias classes exploradas têm aspirações

muitas vezes conflituais.

Entre os proprietários fundiários e a moderna burguesia agrícola existe ainda forte oposição, que se manifesta claramente na fixação do preço da terra (valor da renda. Trata-se de um conflito histórico, que acompanha a penetração do modo de produção capitalista na agricultura, o qual se tem vindo a resolver a favor da burguesia agrícola e, em especial, dos sectores mais avançados desta.

tação de cláusulas que obrigam a dar emprego aos assalariados segundo a dimensão das propriedades e sem ter em atenção a respectiva rentabilidade imediata. Tais cláusulas poderão vir a apressar a queda dos latifundiários em benefício da burguesia. Na verdade, os primeiros, incapazes na sua maioria de desenvolver projectos de exploração adequados às suas terras, com muita dificuldade conseguiram rentabilizar o trabalho dos assalariados,

lhadores dos campos a consolidação do modo de produção capitalista na agricultura, não tem sido até aqui suficientemente poderosa. Divididos pelas condições de vida e de trabalho, parcelizados nas suas lutas pelos particularismos locais, profundamente sangrados pela emigração, marcados pela duríssima e longa repressão de que foram vítimas durante o fascismo, isolados da luta do proletariado urbano, os trabalhadores rurais não foram ainda capazes de atingir o grau de organização autónoma e dotar-se da consciência de classe necessária para conseguirem opor-se vitoriosamente às MANOBRAS PATRONAIS. Não bastante, os processos de luta de massas por ele desencadeados após o 25 de Abril, subsequentemente travados e amortecidos pela tática patronal e pela intervenção de aparelhos reformistas, criaram condições de enorme valor para novos e mais poderosos avanços de movimentação de massas anticapitalistas.

b. Nas zonas onde predomina a pequena e média propriedade e o campesinato pobre, os antagonismos fundamentais não se exprimam essencialmente ao nível da produção, mas sim na esfera da realização do valor produzido e da circulação das mercadorias (abastecimento de produtos necessários à produção, crédito e comercialização dos produtos agrícolas, por um lado, e nas relações de propriedade, por outro lado). As contradições principais são, assim, as que opõem o campesinato aos proprietários fundiários e o campesinato aos intermediários. As formas de exploração que dominam nesta zona são a pequena produção camponesa independente, já em grande parte voltada para o mercado, e a pequena e média exploração capitalista que utiliza a semi-proletariado agrícola como principal força de trabalho assalariado. A presença directa do capitalismo nesta zona não é dominante, pois a organização da produção em termos capitalistas é inferior a exploração agrícola camponesa. Mas o capital não deixa de exercer também aqui o seu poder. A ele cabe a responsabilidade da ruína progressiva do pequeno campesinato que tem conduzido à proletarianização deste na agricultura e, sobretudo, à sua expulsão das campos e passagem ao proletariado industrial, no País ou no estran-

geiro. Não é só através deste processo, todavia, que o poder do capital se manifesta. O desenvolvimento do capitalismo não determina apenas a concentração das propriedades e a proletarianização do campesinato. Exerce também um efeito de conservação desta classe com a contrapartida de a sugar ao domínio da burguesia e de uma parte do valor por ela criado, ficando nas mãos desta última classe.

Por tudo isto, os inimigos dos camponeses independentes não são apenas os proprietários fundiários, que, através da renda, se apropriam de uma importante parte do fruto do trabalho por eles realizado, nem os intermediários que exploram estes agricultores ao vender-lhes os produtos que necessitam e ao comprar-lhes as produções. Quer os primeiros, quer os segundos são inimigos importantes, grandemente responsáveis pela miséria do campesinato, e que esta classe tem de destruir na luta pela sua emancipação. O inimigo principal, muitas vezes não directamente visível e, porém, a burguesia financeira e industrial. Com efeito, é aos interesses desta classe que o campesinato cada vez se acha mais fortemente sujeito. Ela utiliza-o como reservatório de mão-de-obra necessário ao desenvolvimento do capitalismo (Daí a emigração) comanda todo o processo de apropriação de uma grossa fatia do fruto do trabalho destes agricultores, achando-se por detrás dos intermediários, assim como se serve deles como massa de manobra política nas lutas que trava contra o proletariado e contra outras classes ou fracções da classe exploradora.

## Forte aliança

### com o proletariado

Torna-se claro, deste modo, que o campesinato não poderá atingir a sua libertação lutando apenas contra os proprietários fundiários e os intermediários. Toda a vitória que sobre estes venha a obter será ilusória e apenas servirá para o colocar mais directamente dependente do capital financeiro se, ao mesmo tempo que luta para se libertar dos primeiros, não atacar este último. Mas, sozinho, jamais o campesinato conseguirá acudir o jugo da burguesia financeira; apenas o poderá fazer em forte e coesa aliança com a classe que em todo se opõe a burguesia: o proletariado.

CASA SAO A 1 km de Lisboa, trata Henrique Vera, C. de Avonchique. Tel. 2554022.

HERDADE a 100 km de Lisboa, no distrito de Evora, rendimento a base de corticea, oliveiras e eucaliptos, muito fácil de administrar, junto estrada alcatroada e povoação onde há muita mão-de-obra, electricidade, correio, telefone, etc. Pode ser electrificada e custa apenas 150 contos. Tem muita água. Ótima para indústrias, pomar, criação porcos, vacaria (a cooperativa vai lá buscar o leite), fértil e fins de semana. Preço 6000 contos ou aceite de terreno ou prédio. Sou o proprietário. Carta para Apartado 1048, Lisboa-1.

(Continua na página seguinte)

Co boais. golu utilio. Hote CC R

O projecto de lei de arrendamento rural é expressão recente deste processo: reflete a perda de força dos proprietários fundiários e visa dar livre curso à subalternidade desta classe.

Outro processo que exprime claramente os projectos e as capacidades diferenciais destas duas classes é o que se refere aos contratos de trabalho. A moderna burguesia agrícola tem jogado na negociação destes contratos com os assalariados agrícolas na tentativa de contenção das movimentações do proletariado rural e com o objectivo de instrumentalizar esta classe no conflito que a opõe (a ela burguesia ao velho e decadente latifúndio.

É este o sentido de aceitar coercivamente tem de

empregar. Já o mesmo não sucede ou poderá não suceder com a burguesia agrícola, dado o seu maior dinamismo empresarial e a sua maioria capacidade em aumentar o investimento a breve trecho (se, claro está, vierem a triunfar ao nível global do País projectos de carácter neo-capitalista!) tudo isto lhe permitindo proceder à intensificação e diversificação das culturas e, consequentemente a rentabilidade das suas explorações agrícolas.

## Organização e consciência revolucionárias

A capacidade de resposta do proletariado agrícola a todas estas manobras do capital, que, a não serem contrariadas, levarão a fazer recair sobre os traba-